



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

RELATÓRIO E CONTAS
Exercício de 2015



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA





A FLORESTA É A NOSSA VIDA

CARO ACIONISTA DA UNIMADEIRAS: **Em 2015, a Unimadeiras completou 41 anos de atividade.**

Em 2015, a Unimadeiras, fiel aos seus valores fundacionais de cooperativismo, transparência e serviço, reforçou a sua posição no mercado, antecipando necessidades e consolidando os aspetos mais abrangentes, sobretudo pela adoção de procedimentos e metodologias capazes de assegurar o cumprimento dos requisitos cada dia mais rigorosos dos clientes.

Não obstante as carências intrínsecas da fileira em que se insere, hoje, como na sua fundação, há 41 anos atrás, a Unimadeiras repete o pendor de crescimento, cimentando os seus aspetos mais distintivos, tais como a inequívoca representatividade na fileira a nível nacional e a certificação florestal do grupo Unifloresta.

Com responsabilidade acrescida pela forte projeção da sua marca no mercado e com a segurança nos resultados ora, e no passado, apresentados, a Administração não pode deixar de orgulhar-se e, publicamente, agradecer as múltiplas distinções de elevado prestígio que o mercado repetidamente lhe tem concedido. ■

■ Acreditamos que a razão da longevidade, sucesso e capacidade de adaptação às novas imposições deve-se, indissociavelmente, às pessoas e à forma como a Unimadeiras despende toda a sua dinâmica na qualidade da relação com as suas partes interessadas, particularmente acionistas, fornecedores e clientes.

Estamos certos que os objetivos e as metas definidas para o quinquénio 2015/ 2020, apesar de exigentes, são, de uma forma geral, estratégicas e determinantes para o reforço da qualidade da parceria de todos os envolvidos neste processo.

A Administração da Unimadeiras não pode, para terminar, deixar de agradecer aos seus acionistas, fornecedores, clientes e demais partes interessadas todo o apoio e colaboração dada ao longo destes anos.

Cordiais saudações.

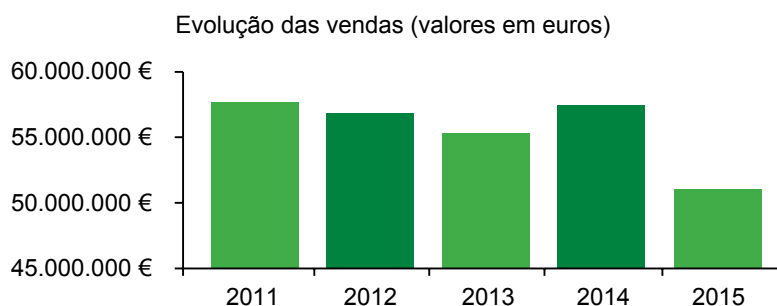
O Conselho de Administração da Unimadeiras.



1.1 Vendas

O ano 2015 fica marcado pelo aumento expressivo da área florestal ardida e pela queda generalizada do preço da madeira à porta da fábrica.

Numa conjuntura determinada pela escassa fragmentação do leque de clientes para a madeira de eucalipto para pasta e papel, em oposição ao leque alargado de clientes para outras madeiras (em particular de pinho), o valor das vendas sofreu uma queda de 11% face ao ano transato.



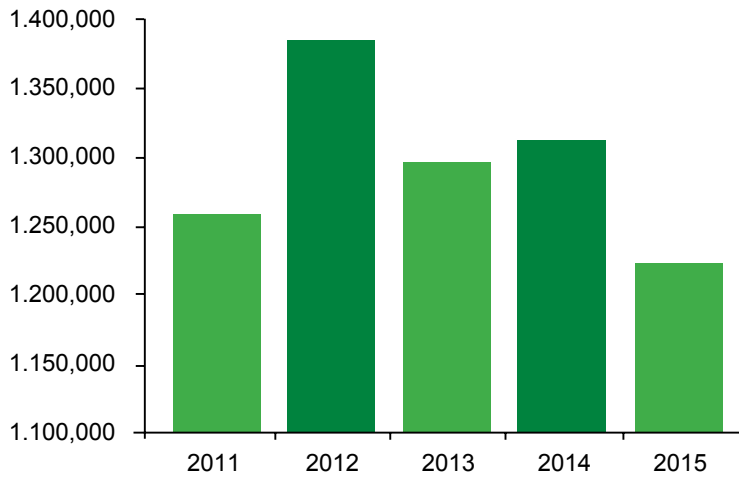
1.2 Fornecimentos

Num quadro de sucessiva desvalorização do preço da madeira à porta da fábrica em 2015, verificou-se alguma retração nos *stocks* de madeira dos nossos fornecedores, resultando na diminuição da oferta disponível ao longo do ano.

Em consequência, e de acordo com a perspetiva da Administração para 2015, confirmou-se uma queda de 6,5% dos fornecimentos.

No entanto, analisando a conjuntura de instabilidade do mercado em 2015, em particular a percentagem média da queda do preço da madeira, a que se aliaram os fogos florestais, os fornecimentos ultrapassaram positivamente as expectativas para o período.

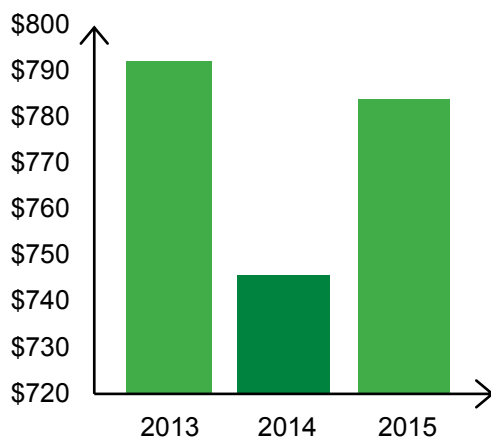
Evolução do fornecimento de madeira (valores em unidades)



1.3 Evolução do preço da pasta

Conjuntamente, e apesar da parca aceleração do crescimento económico e das perspetivas em baixa do crescimento da economia mundial, a indústria de celulose em Portugal continuou a manter performances muito positivas, não só pelo aumento médio do preço da pasta em 2015 mas, também, pela valorização do dólar face ao euro no mesmo período.

Evolução do preço médio da pasta BEKP
Bleached Eucalyptus Kraft Pulp (valores em dólares)



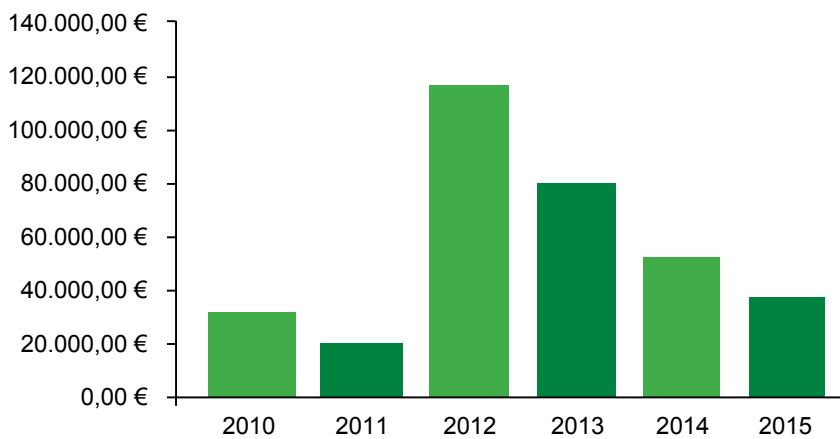
1.4 Investimentos

Fruto de uma gestão equilibrada, a solidez líquida e económica da Unimadeiras permitiu a prossecução de uma política de aposta no investimento em novas propriedades florestais, sobretudo para a produção de rolaria e para o reforço da quota de área de conservação.

Atualmente com a totalidade de área florestal certificada pelas normas de gestão florestal do FSC e do PEFC, em 2015 concluiu-se mais um ciclo de investimentos que, embora ligeiramente inferior aos dos anos imediatamente anteriores, reflete uma seleção criteriosa das ofertas em carteira.

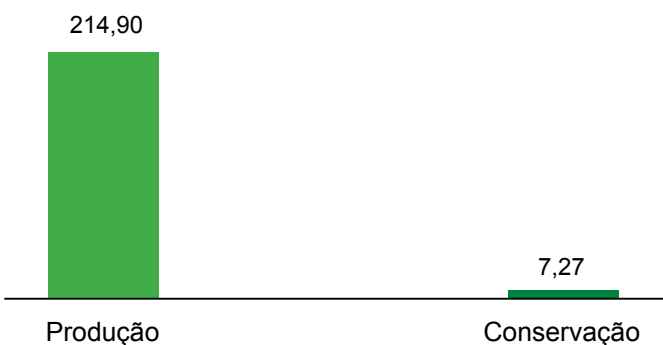
Esta cifra corresponde à aquisição de quatro propriedades florestais nos distritos de Aveiro e Viseu.

Evolução dos investimentos em propriedades florestais (valores em euros)

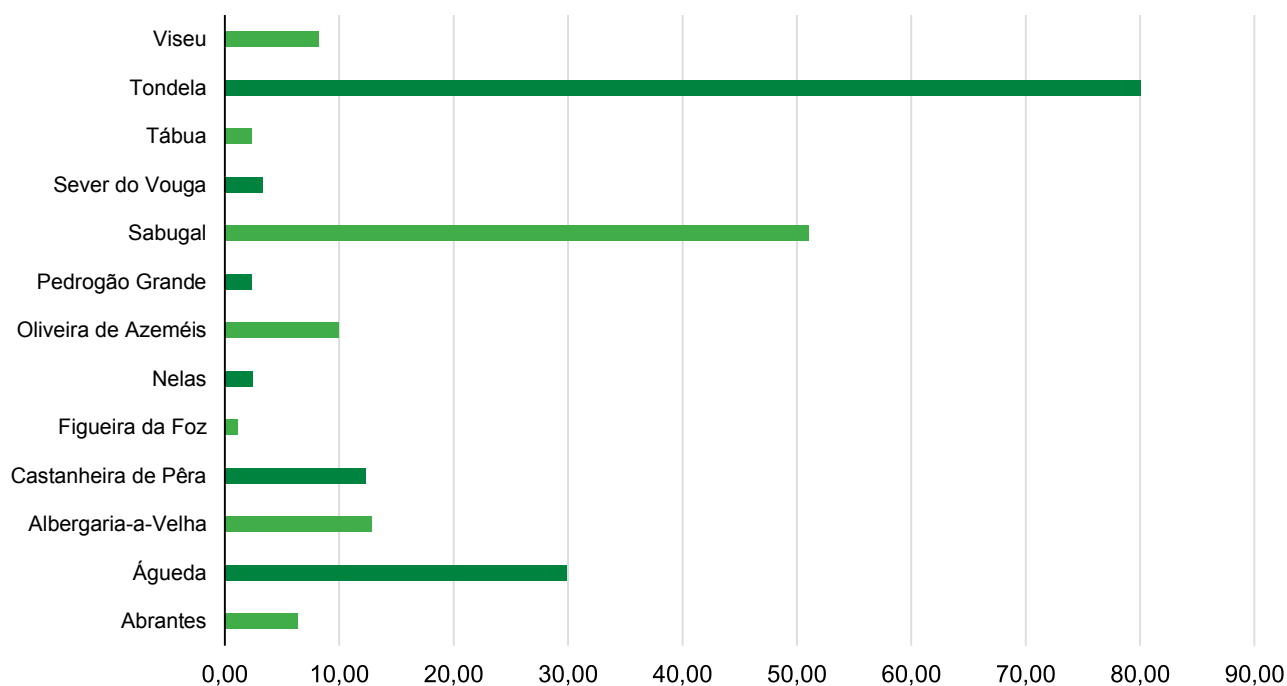


Com estas novas aquisições, o património florestal da Unimadeiras caracteriza-se, agora, da seguinte forma:

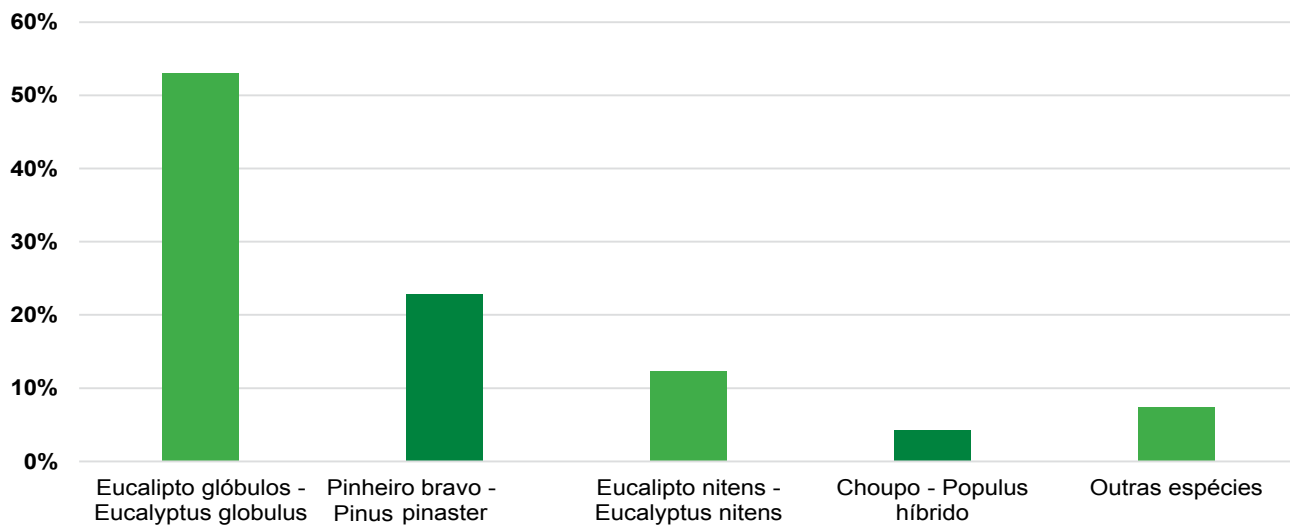
Área de produção/conservação (valores em hectares)



Distribuição da área por concelho (valores em hectares)



Ocupação do solo (valores em percentagem)



2 | BARÓMETRO

O balanço da atividade silvícola, de corte, recheia e transporte e de compra e venda de madeira por parte de empresários e proprietários, encontra-se espelhado nos resultados apurados da análise do barómetro de caracterização seguinte. Por outro lado, identificamos os principais obstáculos da atividade, as expectativas para o futuro e o grau de satisfação dos fornecedores face à gestão da Unimadeiras. Baseado nos resultados do inquérito anual definido para uma amostra representativa de inquiridos, esta análise permite-nos a salvaguarda permanente da implementação das melhores soluções e do cumprimento das expectativas em nós colocadas. Relativamente à análise dos resultados referentes ao ano 2015, é de destacar:

Como resultado positivo:

- A manutenção em alta do grau de satisfação dos fornecedores relativamente à Unimadeiras.
- O aumento da percentagem de proprietários que pretendem realizar novas plantações.
- O aumento da percentagem de empresários que pretendem investir em nova maquinaria.
- O crescimento, embora ténue, da percentagem da contratação de mão-de-obra.

Como resultado negativo:

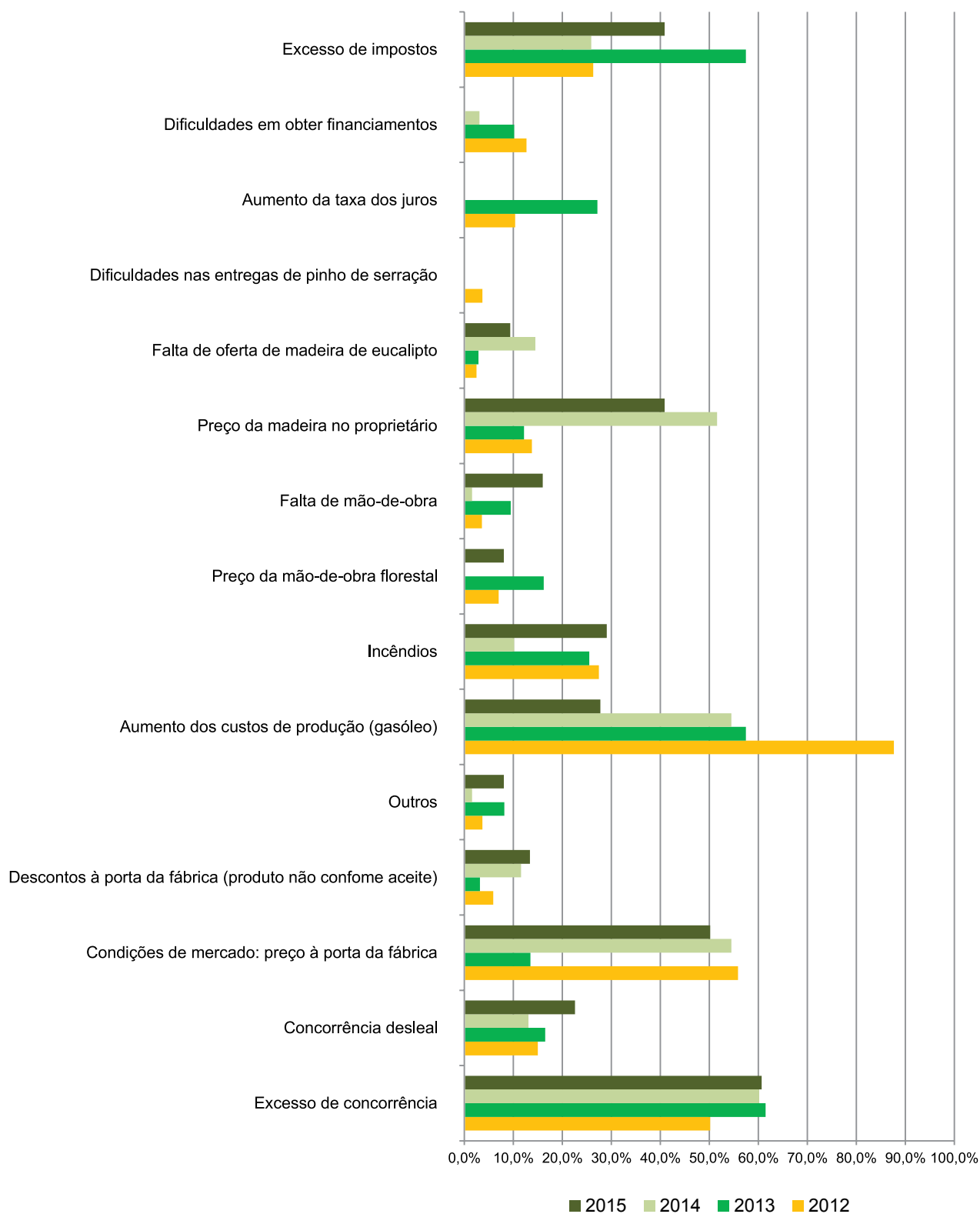
- A manutenção em alta da área florestal afetada por pragas e/ou doenças, com uma expressão muito significativa no que respeita ao nemátodo da madeira do pinheiro.
- A manutenção em alta da percentagem de proprietários e empresários afetados por fogos florestais.
- O aumento da percentagem de fornecedores que optam pela redução do *stock* de madeira para um período de tempo igual ou inferior a 15 dias de fornecimento regular.

Relativamente aos fatores que sofreram um maior aumento face a 2014, registámos todas as questões relacionadas com a escassez e o preço da mão-de-obra florestal (qualificada ou indiferenciada), assim como a questão da carga fiscal e outros encargos laborais e sociais afetos à atividade.



No gráfico seguinte podemos estabelecer uma análise comparativa dos principais obstáculos referidos pelos fornecedores, desde o ano 2012:

Barómetro 2015



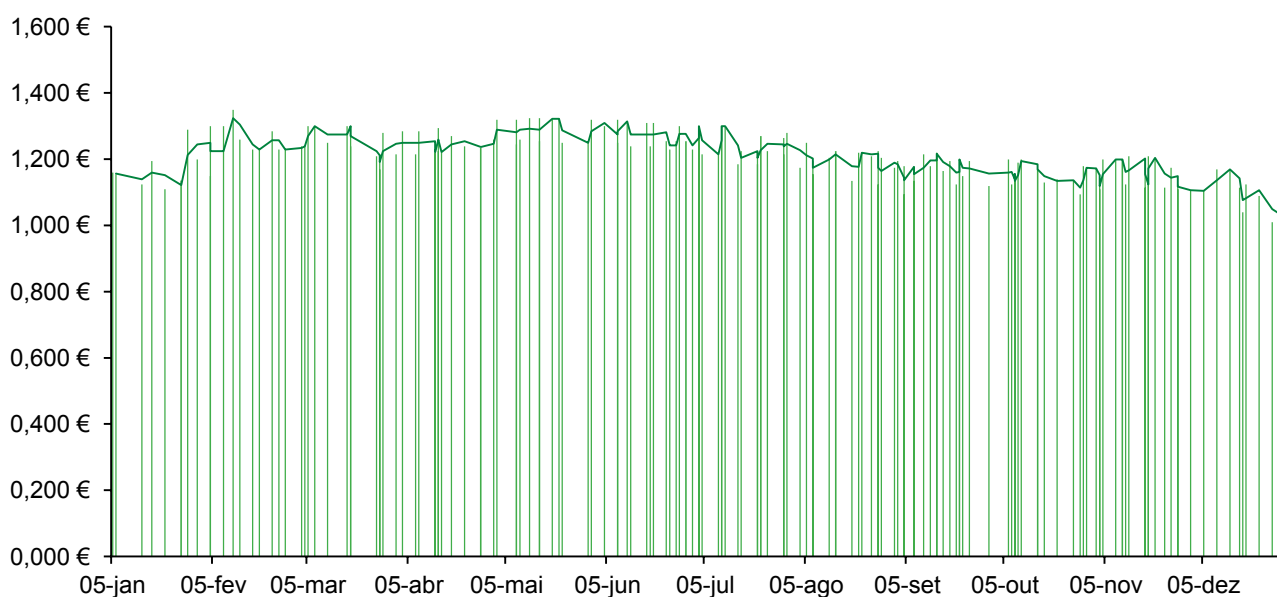
2.1 Principais obstáculos

Relativamente aos principais obstáculos, em 2015 foram apurados os seguintes dados:

- 1º Excesso de concorrência.
- 2º Preço da madeira à porta da fábrica.
- 3º Preço elevado da madeira na compra ao proprietário.
- 4º Excesso de impostos.

Não obstante uma queda do preço do gasóleo, a redução do preço da madeira à porta da fábrica e a manutenção em alta do preço médio da mão-de-obra florestal formam um quadro acrescido de obstáculos ao normal desenvolvimento da atividade.

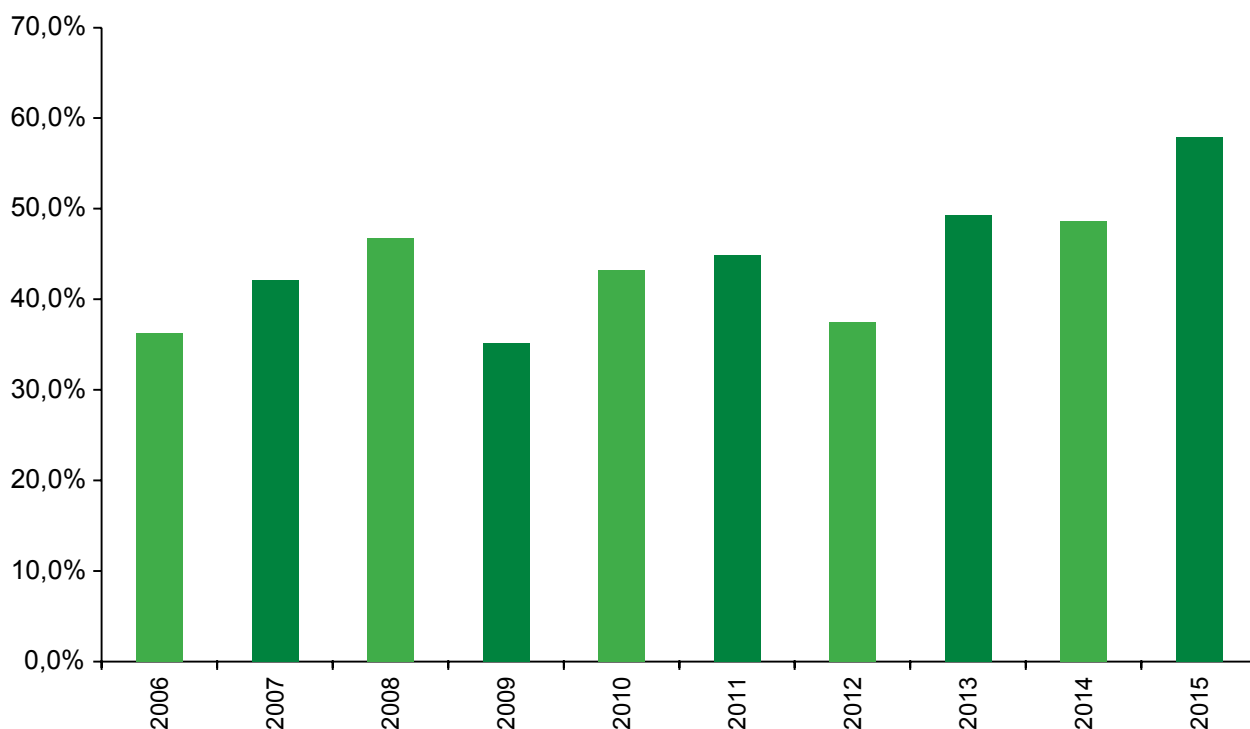
Evolução preço gasóleo (preço em euros/litro 2015)



2.2 Evolução dos investimentos

Apesar do clima económico conjuntamente desfavorável, observou-se a tendência em alta dos investimentos em equipamentos florestais, com 57,9% dos empresários a confirmar a aquisição de novos equipamentos, com especial relevância de gruas, giratórias, máquinas de rechega e camiões. Relativamente à última década, 2015 foi o ano com um maior índice de investimentos. É de salientar, ainda, que mais de metade dos inquiridos pretende adquirir equipamentos em 2016.

Investimento em equipamentos florestais (percentagem de empresários)



2.3 Evolução de perdas e prejuízos – incêndios florestais, acidentes de trabalho, roubos

2.3.1 Incêndios

Dados, ainda provisórios, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, para o período de 01 de janeiro a 15 de outubro de 2015, demonstram que, comparando os valores do ano de 2015 com o histórico dos últimos 10 anos, registaram-se menos 18% de ocorrências relativamente à média verificada no decénio 2005-2014, tendo sido afetada menos 38% do que o valor médio de área ardida para o mesmo período.

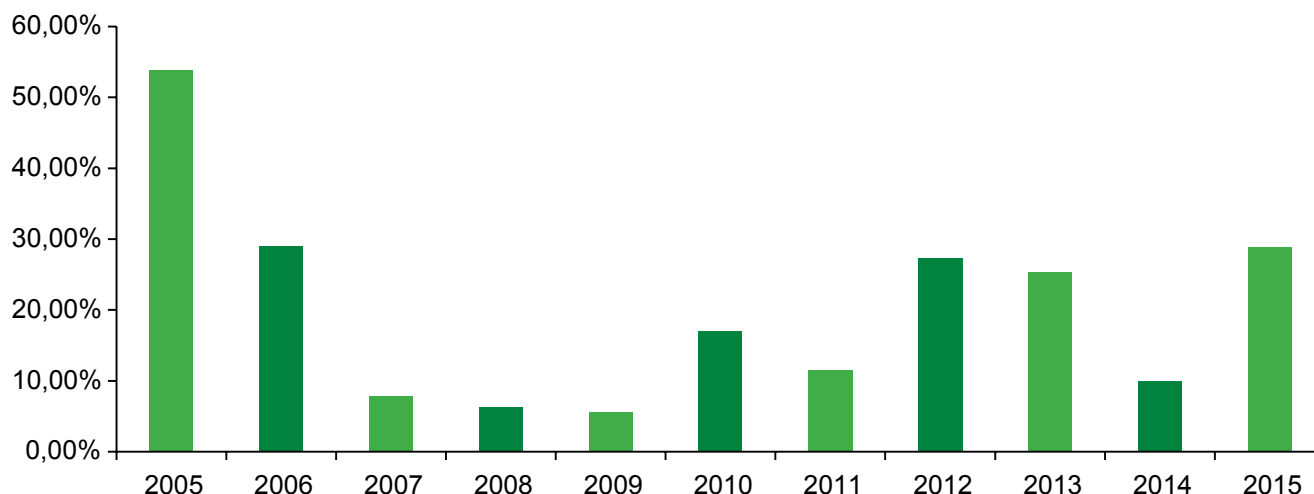
No entanto, em 2015, comparativamente com o ano anterior, o número de ocorrências registou uma subida muito expressiva, enquanto que a área florestal ardida triplicou.

Na tabela seguinte apresentam-se os dados comparativos de iguais períodos – entre 01 de janeiro e 15 de outubro – dos anos 2014 e 2015, para alguns distritos de Portugal.

Análise comparativa dos períodos compreendidos entre 01 de janeiro e 15 de outubro				
Distrito	Total de ocorrências		Total de área florestal ardida (hectares)	
	2014	2015	2014	2015
Aveiro	26	1 030	304	2 575
Braga	111	1 820	746	7 143
Castelo Branco	24	449	298	2 638
Coimbra	24	327	1 303	1 701
Évora	20	77	400	1 022
Guarda	148	451	5 235	11 889
Leiria	17	458	83	1 021
Lisboa	63	1 422	250	950
Portalegre	18	102	2 489	203
Porto	69	3 756	1 363	2 525
Santarém	24	610	240	2 266
Setúbal	28	737	357	296
Viana do Castelo	58	1 198	830	9 999
Viseu	86	1 370	1 043	5 572
Total	716	13 807	14 941	49 800

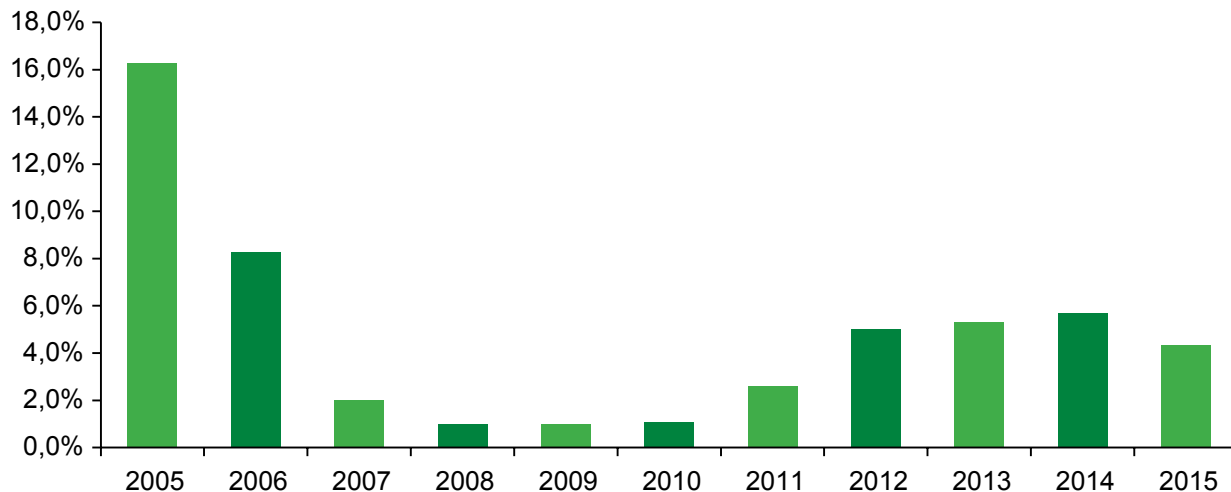
Relativamente ao universo dos inquiridos, 28,9% relatou prejuízos com fogos florestais, quer em madeiras próprias quer em madeiras compradas (no caso dos empresários), o que constitui um aumento de 18,9 pontos percentuais.

Prejuízos decorrentes de incêndios florestais (valores em percentagem de afetados)



Relativamente à madeira cortada (no chão ou em pilha), registou-se uma pequena redução, face ao ano anterior.

Perda total de madeira cortada (valores em percentagem de afetados)



2.3.2 Acidentes de trabalho

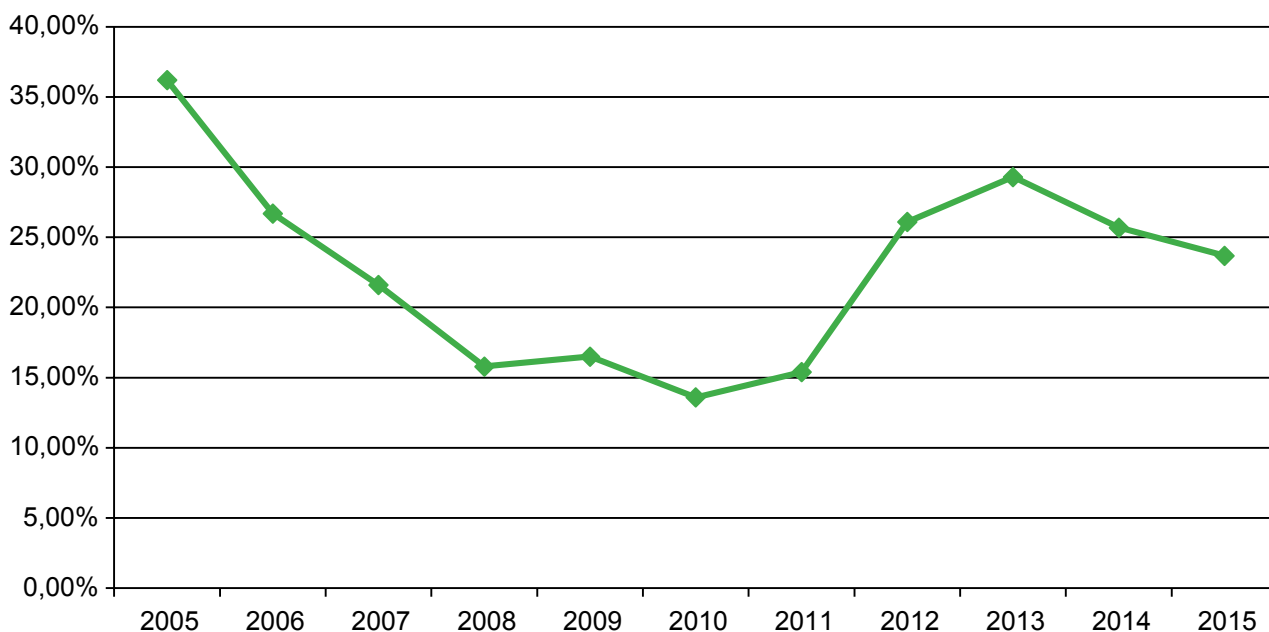
Cerca de 24% dos inquiridos reportaram a ocorrência de acidentes de trabalho com baixa médica do sinistrado, em trabalhos realizados em propriedades não certificadas para a gestão florestal.

Neste âmbito, é de salientar que a principal função dos trabalhadores acidentados é a de motosserrista, seguido dos trabalhadores indiferenciados e dos operadores de máquinas. ■

■ As quedas ao mesmo nível ou em altura, a queda de objetos e a utilização da motosserra foram, por ordem hierárquica de importância, as causas mais frequentes dos acidentes.

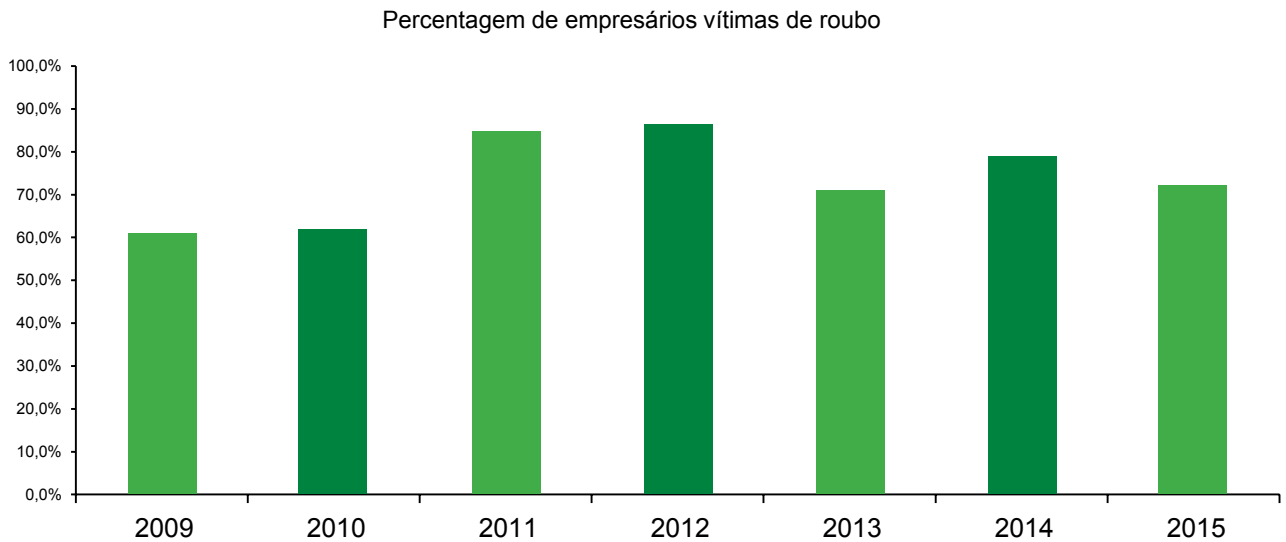
Como podemos verificar no gráfico seguinte, a taxa de acidentes tem vindo em tendência de queda nos últimos dois anos.

Evolução dos acidentes de trabalho (valores em percentagem)

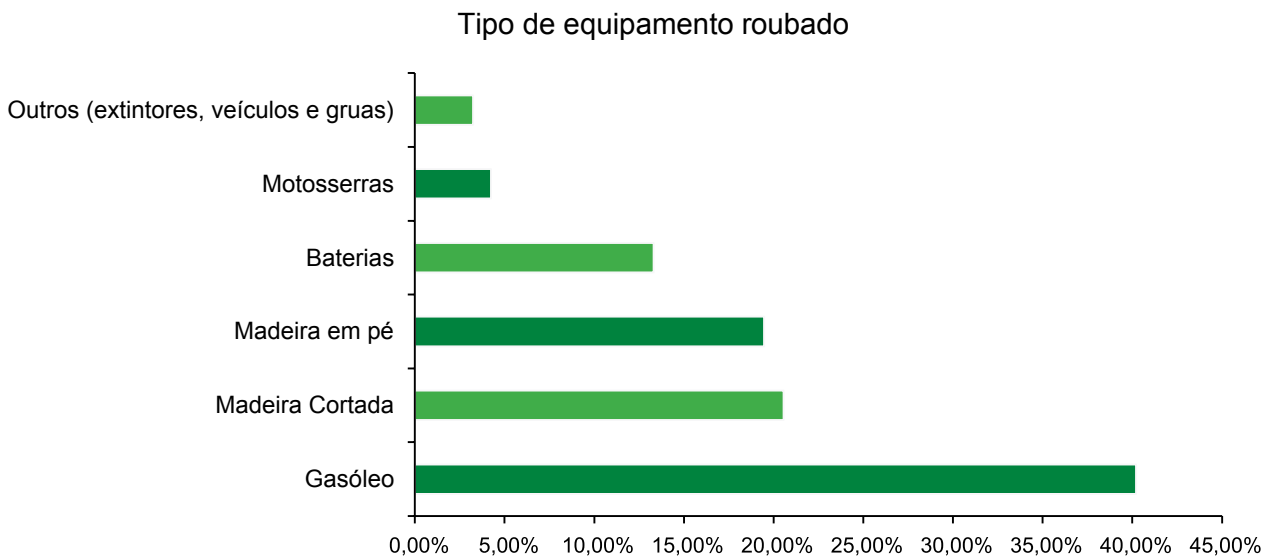


2.3.3 Roubos

A percentagem de prejuízos por roubo sofreu uma ligeira queda face ao ano transato.



Entre os equipamentos mais comumente referidos encontram-se os seguintes:

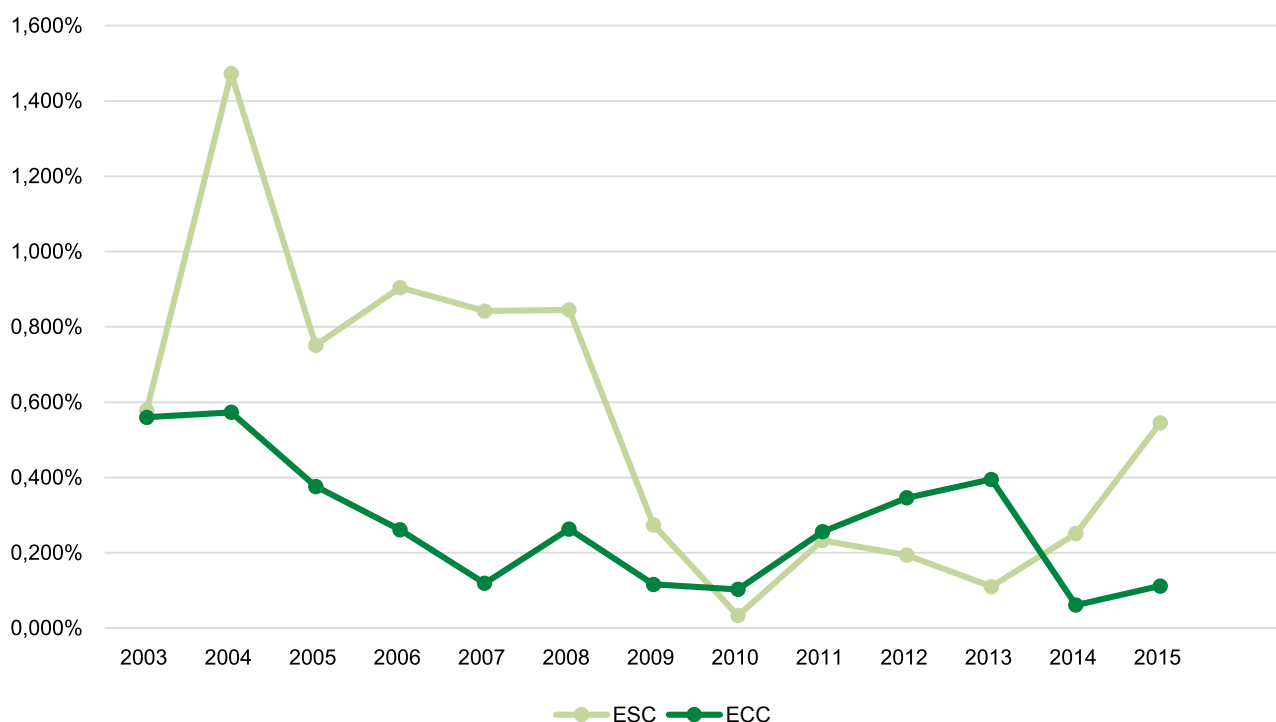


3 | DESCONTOS À PORTA DA FÁBRICA

Relativamente à qualidade da madeira fornecida, verifica-se uma tendência em alta da percentagem de descontos, quer na madeira com casca, quer na madeira sem casca. No entanto, é de sublinhar que, no âmbito da qualidade do produto fornecido, a Unimadeiras tem vindo a redobrar esforços junto dos seus fornecedores, com o objetivo de sensibilizar para o cumprimento das especificações de produto de cliente.

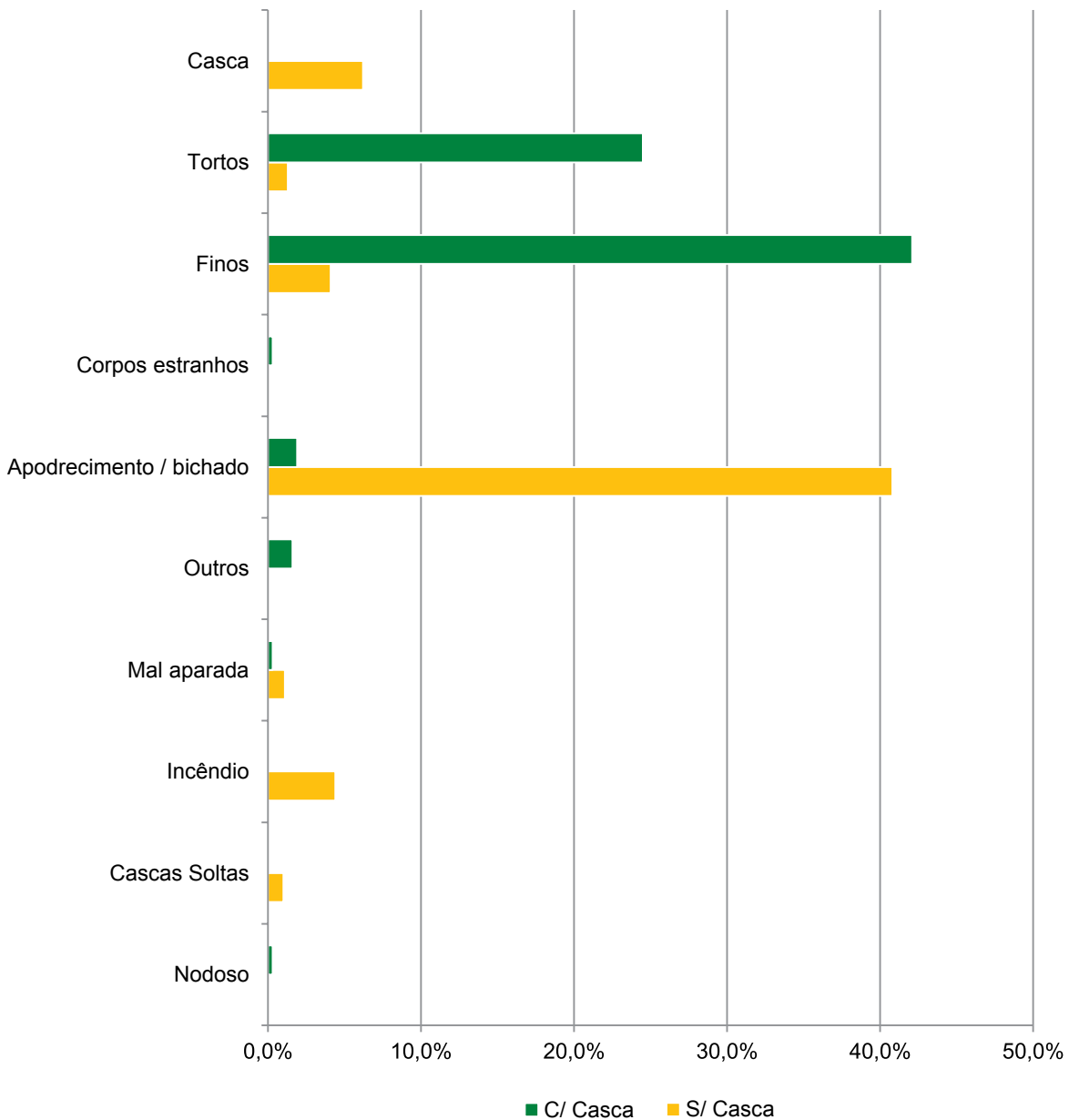
O gráfico seguinte espelha a evolução da percentagem média de descontos atribuída pelos clientes desde o ano 2003.

Evolução dos descontos à porta da fábrica
(valores em percentagem média/ano/tipo de madeira)



Relativamente aos motivos para atribuição de desconto à madeira fornecida, verifica-se o aumento de não conformidades decorrentes do fornecimento de um maior volume de madeira proveniente de incêndio, tais como madeira apodrecida/ bichada, casca e finos.

Principais motivos dos descontos
(valores em percentagem de cargas com desconto)

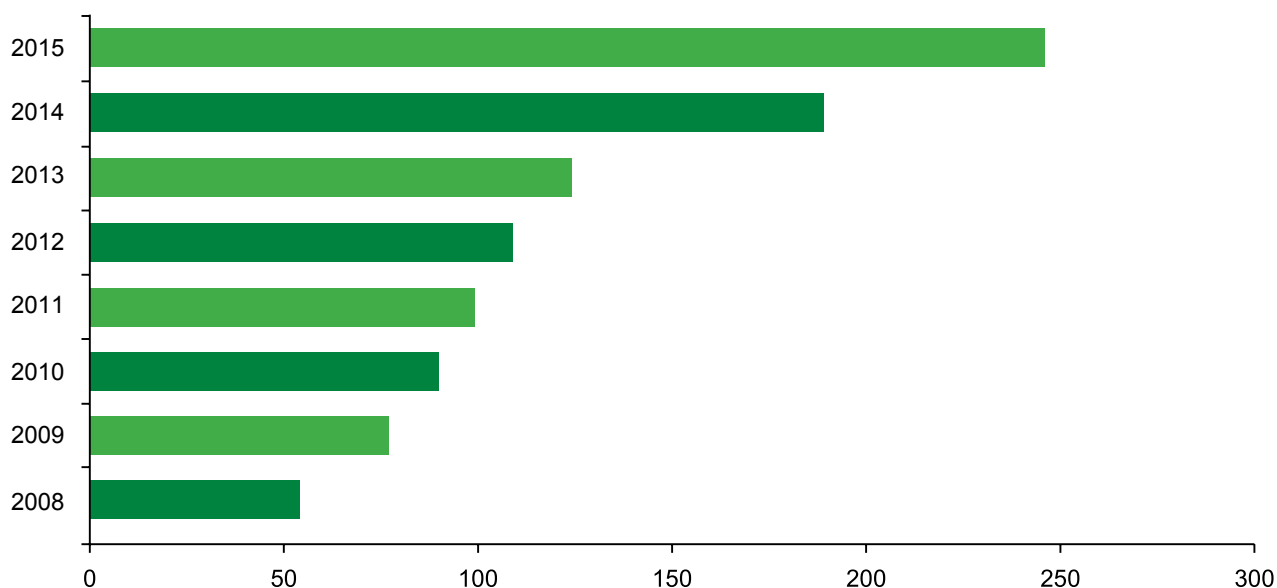


4 | GRUPO UNIFLORESTA

4.1 Evolução de membros e da unidade de gestão florestal

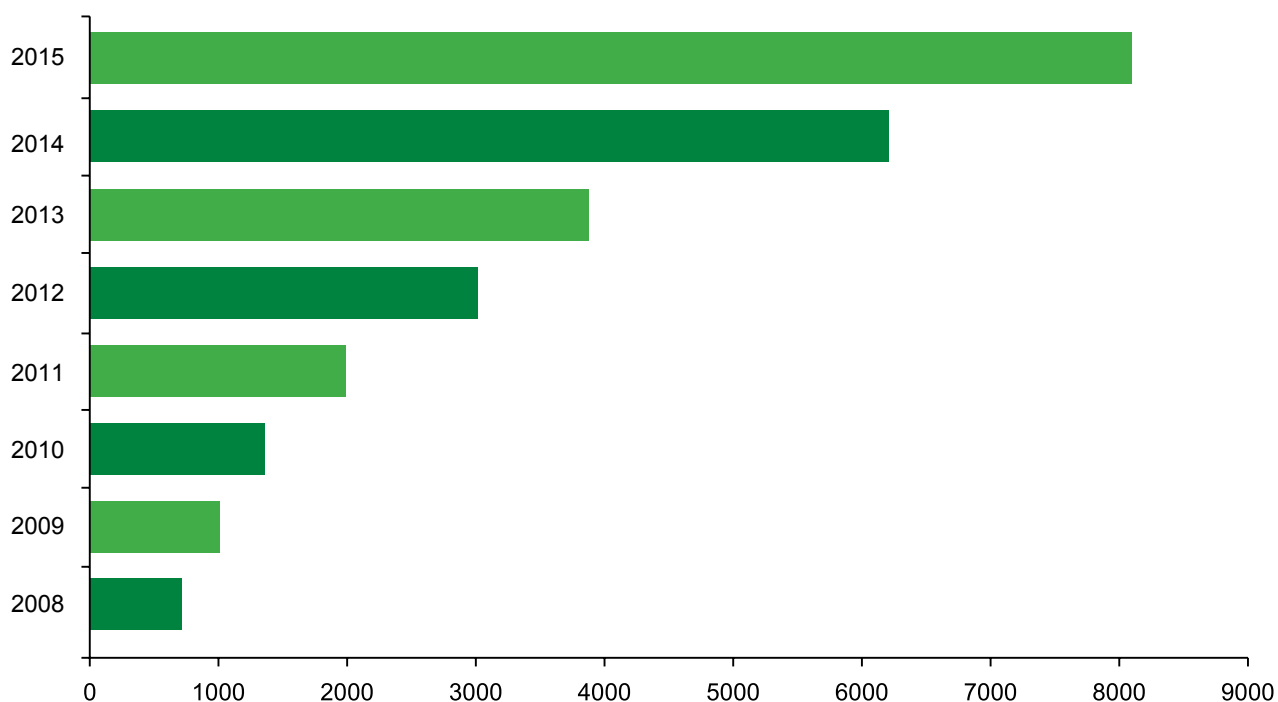
Em 2015 o número de membros aumentou para 246, enquanto a área certificada aumentou para 8101 hectares. Como podemos verificar no gráfico seguinte, o número de membros do grupo Unifloresta tem evoluído a ritmo regular, numa média de crescimento anual de 25,13%.

Evolução do número de membros



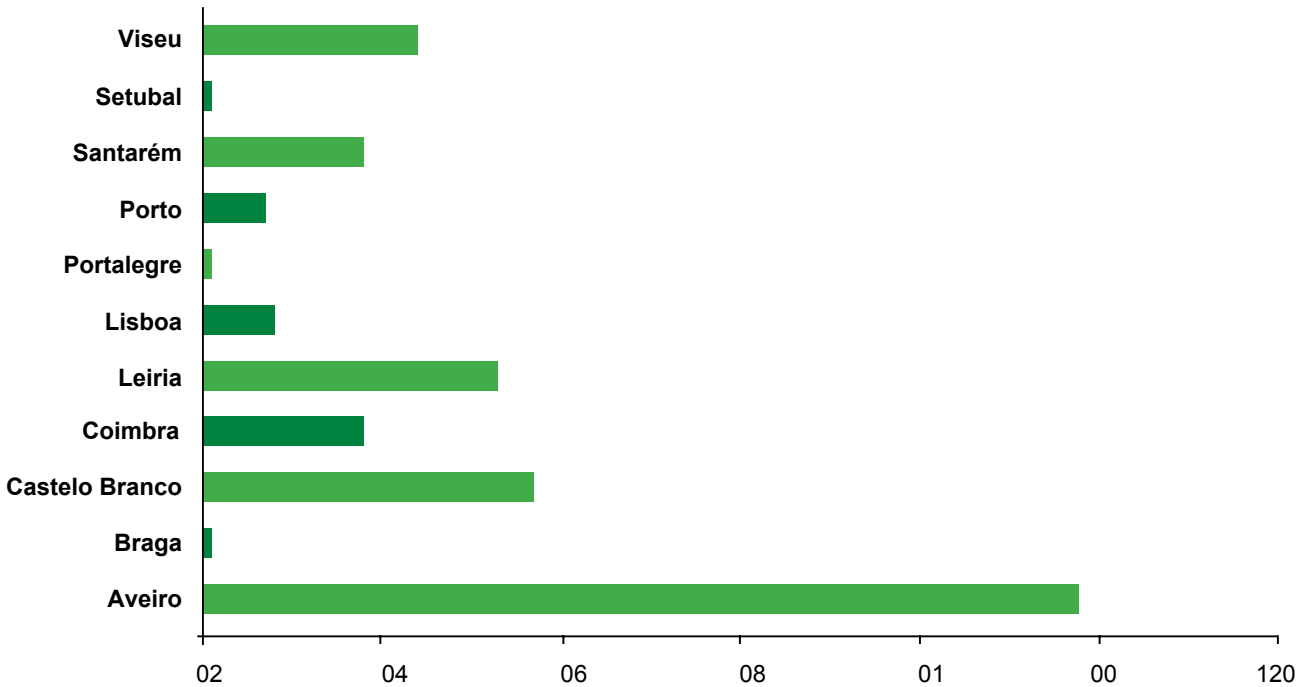
Relativamente à área certificada, a média anual de crescimento cifra-se em 41,92%.

Evolução da área (valores em hectares)



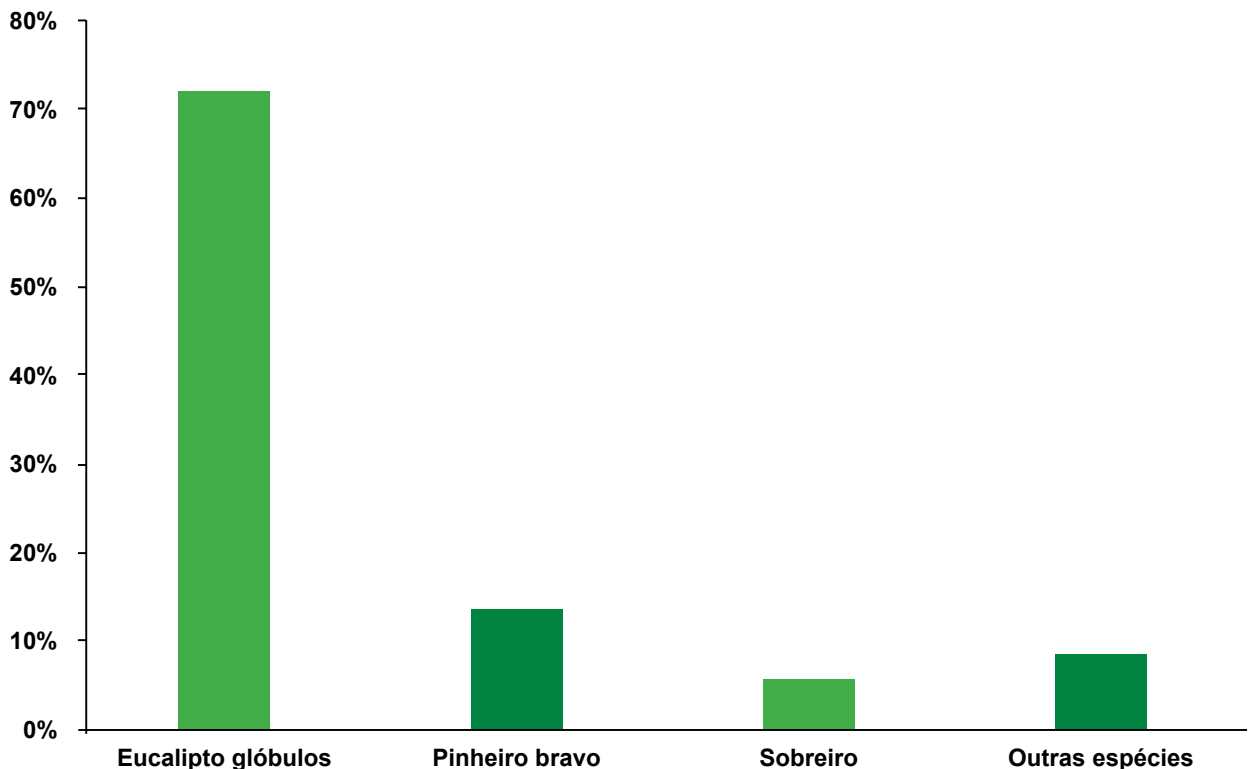
No gráfico seguinte podemos verificar a dispersão de membros do grupo, por distrito:

Distribuição de membros por distrito (valores em numero de membros)



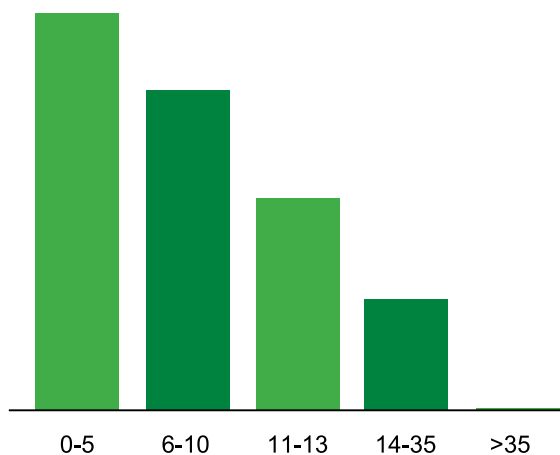
Relativamente à evolução da unidade de gestão florestal, 72,15% da área de produção está agora ocupada com eucalipto glóbulos, 13,58% com pinheiro bravo, 5,74% com sobreiro, sendo os restantes 8,53% de área ocupados com outras espécies.

Ocupação do solo (valores em percentagem)

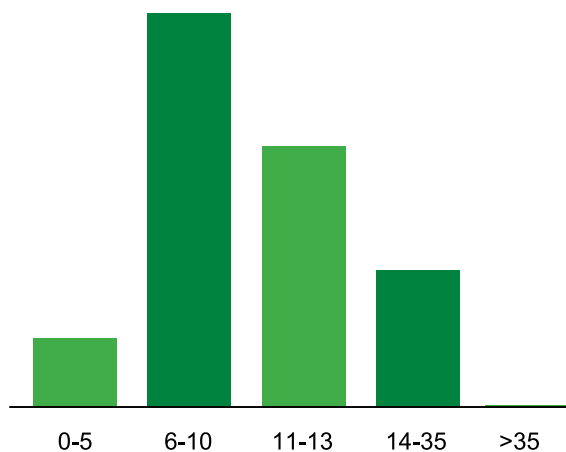


Os povoamentos florestais, no final de 2015, apresentavam a seguinte classificação média por idades, para a madeira de eucalipto e pinheiro:

Média da idade dos povoamentos de eucalipto
(valores em anos)



Média da idade dos povoamentos de pinheiro
(valores em anos)



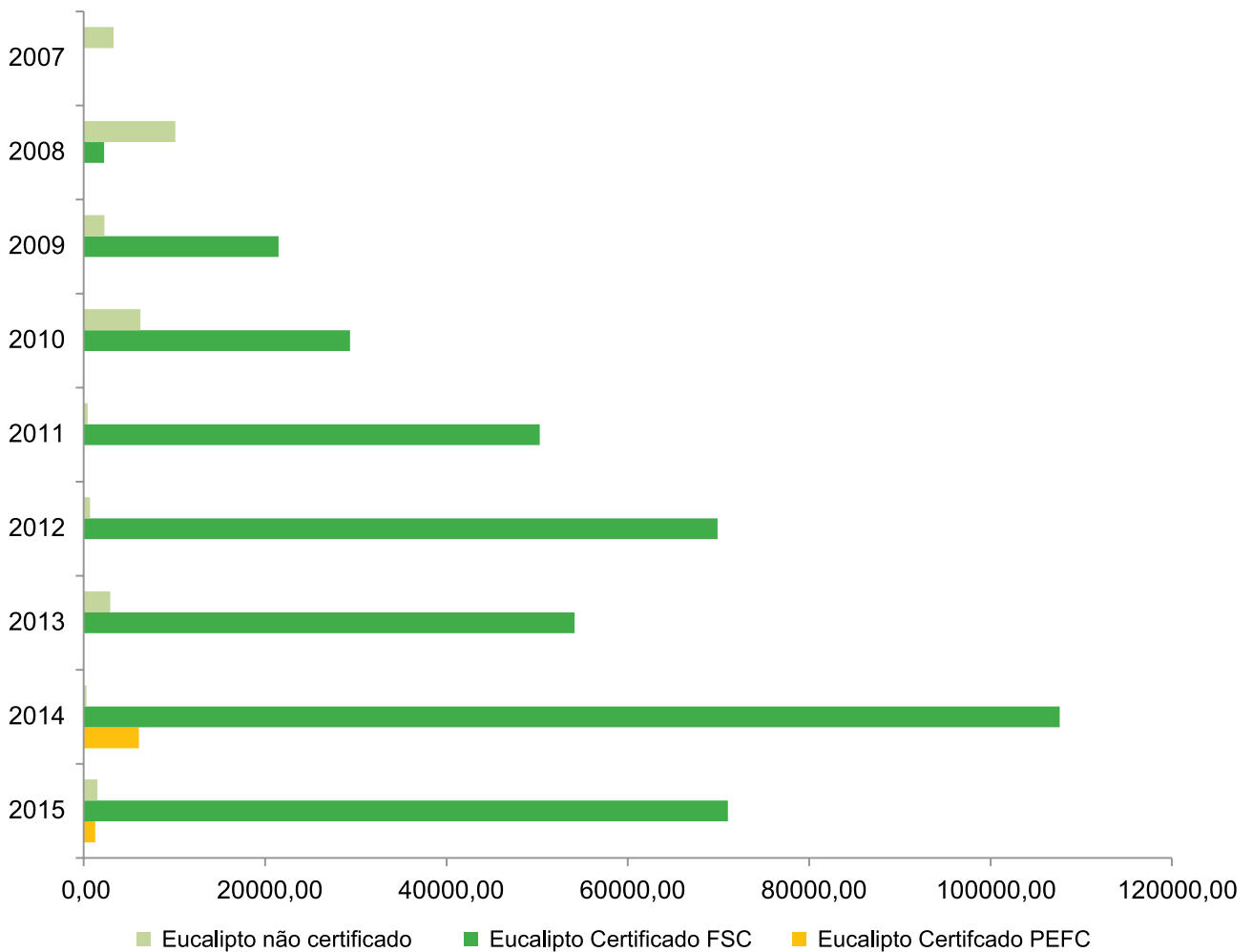
4.2 Evolução dos fornecimentos madeira proveniente da unidade de gestão florestal do grupo

As condições de mercado e a pressão da procura por madeira certificada FSC continuam a assumir um papel predominante na evolução das vendas, razão pela qual se verifica uma maior canalização dos fornecimentos de madeira com utilização desta marca.

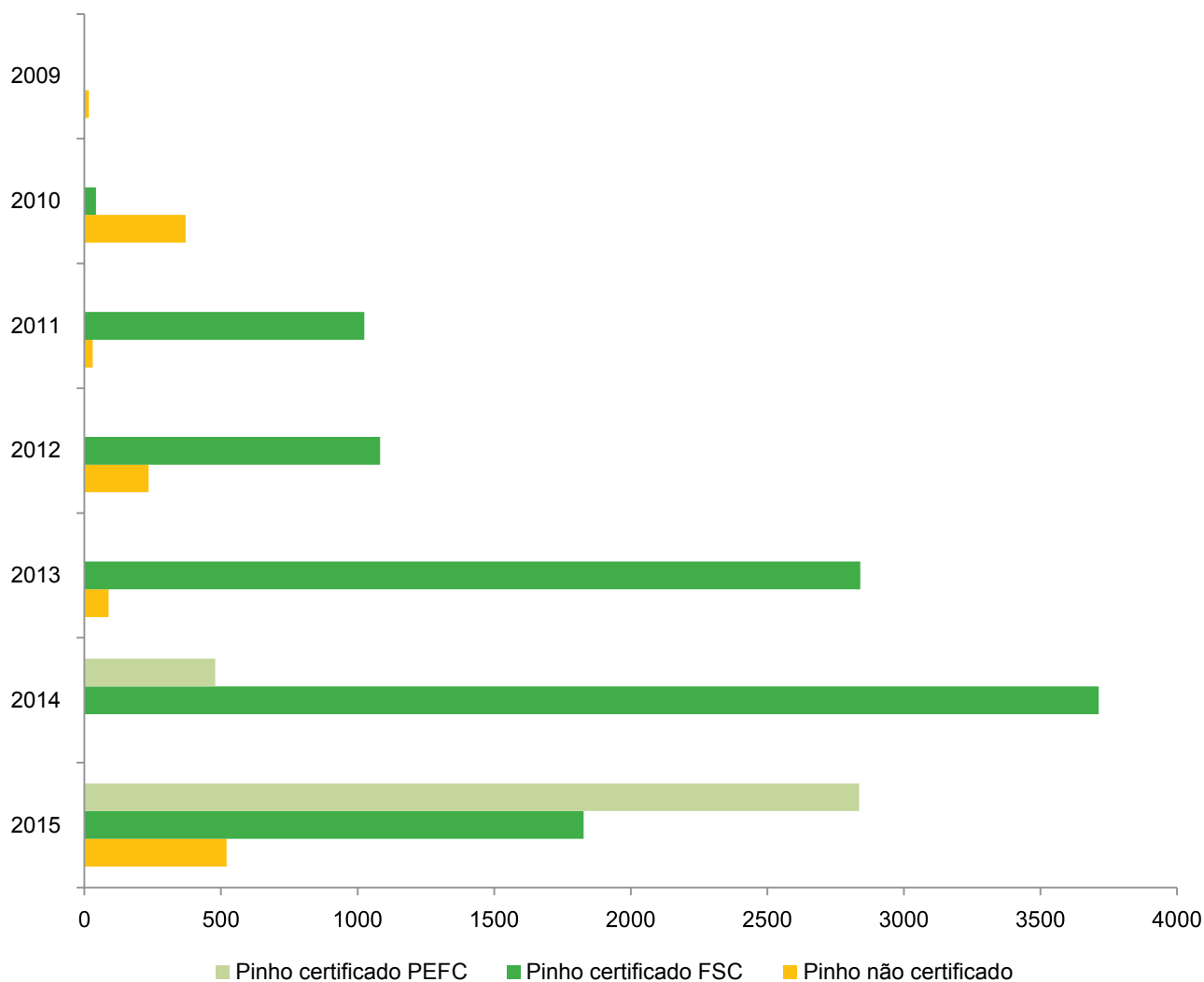


Nos gráficos seguintes apresenta-se a evolução dos fornecimentos de madeira de pinho e de eucalipto fornecido como certificado e como não certificado nos contratos de fornecimento da Unimadeiras com os seus clientes:

Evolução dos fornecimentos de madeira de eucalipto da UGF, no contrato da Unimadeiras (valores em unidades de medição)



Evolução dos fornecimentos de madeira de pinho da UGF,
no contrato da Unimadeiras (valores em unidades de medição)



Em breve análise aos gráficos anteriores, verifica-se uma tendência de venda de madeira - pinho e eucalipto - como não certificada, por vantagem das condições de mercado.

Por outro lado, é de salientar o expressivo aumento das vendas de madeira de pinho e de eucalipto, certificado PEFC e uma queda nas vendas de pinho e eucalipto certificado FSC.

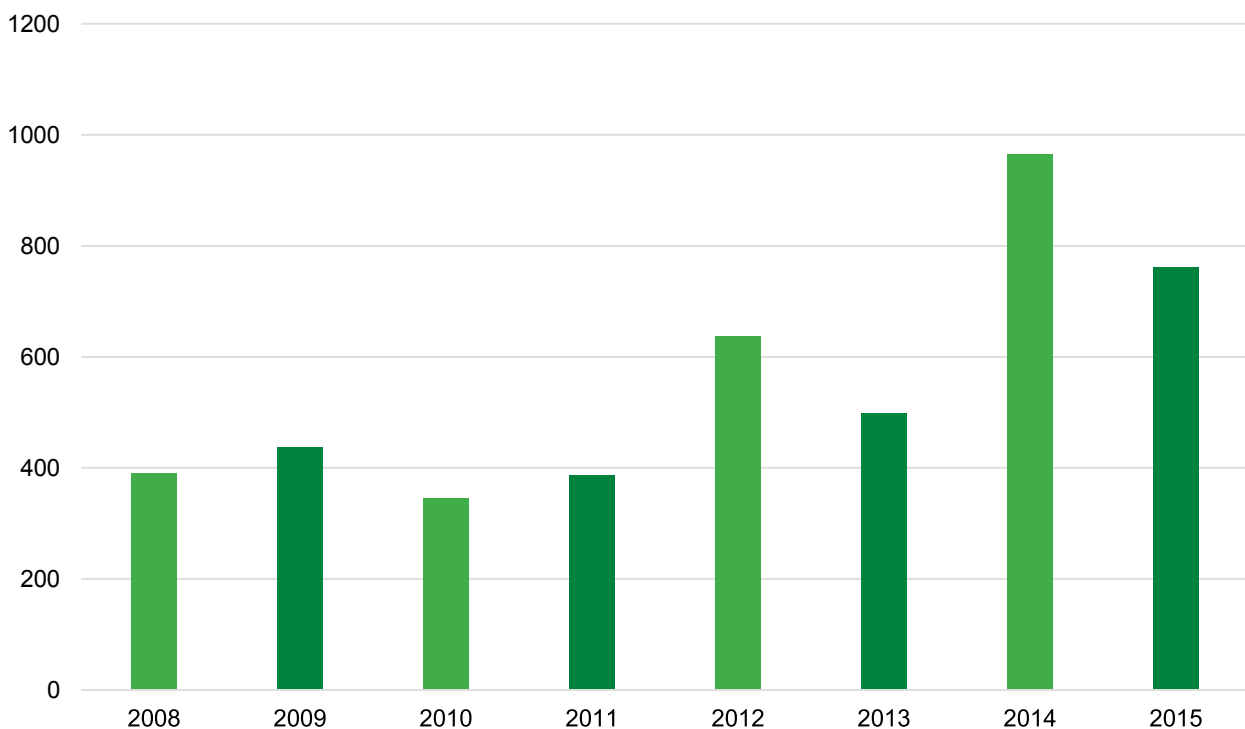
4.3 Evolução do número de vistorias

Após o expressivo aumento do número de vistorias realizadas em 2014, fruto, essencialmente, da entrada de novos membros, em 2015 registou-se uma ligeira queda para um total de 762 vistorias.

Não obstante, foram largamente ultrapassadas as metas definidas para o ano, tendo-se centrado os esforços numa maior abrangência de dados e informação adicional obtida nas vistorias de caracterização para entrada de novas áreas, sobretudo quando respeitam a novos membros no grupo.

Por outro lado, e dando cumprimento ao plano para o reforço das atividades de verificação e recolha de evidências comprovativas do cumprimento dos requisitos legais por parte dos prestadores de serviços, as vistorias de operações foram alargadas a um conjunto de membros não planeados inicialmente, por forma a melhor monitorizar a implementação dos requisitos por parte dos prestadores de serviços, bem como a tipificar e qualificar o acompanhamento das operações por parte de um maior leque de membros.

Evolução do número de vistorias



Em 2016 espera-se atingir um novo paradigma de vistorias aos membros do grupo, assumindo-se, muito claramente, a especial relevância das partes interessadas na tomada de decisões, nas situações enquadráveis.

O critério em que se baseia esta nova política é o de transparência e o de envolvimento efetiva das partes interessadas na gestão do grupo, sobretudo no que respeita à análise crítica de questões que ultrapassem o mero objetivo das atividades de gestão florestal.

São, sobretudo, as relações de posse, de vizinhança, de relação com a comunidade, a preservação dos rituais e da cultura das populações, os impactes sociais, os impactes ambientais, a capacidade de disseminação das boas práticas florestais às áreas adjacentes das propriedades certificadas, o desenvolvimento das comunidades locais, entre outros fatores que, num âmbito geral, compõem um leque de interesses não só do membro, mas da sociedade em geral, e devem ser analisados numa perspetiva global e integrada de todas as partes interessadas.

5 | CERTIFICAÇÃO DA CADEIA DE RESPONSABILIDADE FSC E PEFC

O ano 2015 pautou-se pelo início dos fornecimentos de pinho certificado PEFC, bem como pela retoma dos fornecimentos de eucalipto certificado PEFC.

As transações de madeira certificada através dos certificados de cadeia de responsabilidade PEFC e FSC da Unimadeiras registaram a seguinte evolução, desde o ano 2013:

MADEIRA CERTIFICADA

Certificado de cadeia de responsabilidade (valores em unidades de medição)

	Eucalipto certificado CdR FSC	Eucalipto certificado CdR PEFC	Pinho certificado CdR FSC	Pinho certificado CdR PEFC
2013	1604	2830	0	0
2014	5268	0	0	0
2015	1906	4441	0	272

6 | PERSPETIVAS PARA 2016

6.1 Fornecimentos

Em 2016 deverá manter-se a tendência de manutenção dos preços da madeira de eucalipto, confirmando a propensão para a estagnação generalizada dos fornecimentos.

De modo idêntico, a forte concorrência na compra da madeira ao proprietário denunciada pela maior parte dos empresários florestais, deverá manter alguns fornecedores tradicionais mais afastados do mercado do eucalipto, concentrando-se, estrategicamente, nas compras de pinheiro ou outras madeiras diversas.

Esta reação lógica às condições de mercado pode propiciar alguma descaracterização dos padrões tradicionais de fornecimento, criando-se condições à dispersão das vendas por um leque mais alargado de mercados e de clientes.

Embora atípico, este quadro de acontecimentos poderá transformar-se numa vantagem competitiva para a empresa, sobretudo pelo maior proveito que o fornecimento de madeira de pinheiro e de outras madeiras diversas transporta para a Unimadeiras, comparativamente com os fornecimentos de madeira de eucalipto para celulose.

6.2 Investimentos

Apesar do volume de investimentos ter sido avultado nos últimos anos, sobretudo pela aquisição da sede da Unimadeiras em Albergaria e obras subsequentes e pela construção dos novos escritórios da Figueira da Foz, a Administração manterá em aberto a possibilidade de novas aquisições de propriedades florestais.

Em 2016 serão estudadas não só as propostas de aquisição de novas propriedades florestais em carteira desde final de 2015, mas também as novas propostas, desde que enquadradas nas pretensões da Administração. ■

■ No plano do património urbano, serão realizadas um conjunto avultado de obras de manutenção num pavilhão do recinto da sede, em Albergaria-a-Velha.

Ao longo do ano 2016 poderão ser identificadas novas necessidades de obras ainda não calendarizadas, que, a serem levadas a cabo, contribuirão para a preservação e, acima de tudo, para a valorização do património urbano da Unimadeiras.

6.3 Certificação da gestão florestal

Após terem sido asseguradas as condições estruturais para o cumprimento dos objetivos e das metas definidas para o grupo para o quinquénio 2015/2020, em 2016 surge a necessidade de proceder-se a um interregno estratégico do desenvolvimento de processos de admissão de novos membros no grupo Unifloresta.

Sendo pretensão da Administração da Unimadeiras manter todos os critérios de transparência, qualidade e conformidade até agora imputados ao trabalho de gestão integrada do grupo Unifloresta, definir e monitorizar metas auspiciosas e crescer em número de membros e de área não basta.

É, indubitavelmente, necessária uma abordagem crítica e alargada ao processo e aos objetivos que subjazem à própria certificação florestal do grupo.

Esta abordagem tem por objetivo, igualmente, discutir a premência da implementação das seguintes medidas:

- aumento dos critérios de admissão de novos membros no grupo, com requisitos de admissão mais restritivos;
- a definição de áreas mínimas - de produção e de conservação - para a admissão de novos membros;
- a imposição da certificação de todo o património florestal dos membros;

- a criação de um período inicial alargado durante o qual o novo membro não pode efetuar venda de madeira ou de outro qualquer produto de base florestal certificado; ■ que garantam o cumprimento de todas as exigências legais e normativas aplicáveis.

- a revisão dos critérios para o fornecimento de madeira ou de outro qualquer produto de base florestal certificado no grupo Unifloresta noutros contratos de fornecimento, que não o da própria Unimadeiras;

- a extensão dos fatores que podem conduzir à suspensão e à exclusão de membros do grupo;

- a análise das potencialidades de novos apoios externos ao grupo, nomeadamente de organizações que pretendem cooperar com a certificação florestal da Unimadeiras.

Consideramos que 2016 é o ano ideal para, em conjunto, explorar as potencialidades, os novos desafios, identificar as lacunas, melhorar as metodologias implementadas e, por fim, encontrar um denominador comum e capaz de garantir segurança, sustentabilidade, capacidade de inovação e o futuro sólido deste ambicioso processo iniciado há mais de 10 anos.

6.4 Verificação da conformidade legal da madeira e da prestação de serviços florestais

Com a evolução do grau de exigência dos requisitos normativos e legais enquadráveis ao setor, nomeadamente ao nível da análise dos riscos associados à atividade desenvolvida pelos nossos fornecedores de madeira e prestadores de serviços florestais, a Unimadeiras tem vindo a intensificar esforços na criação de uma base de dados dinâmica que assegure, entre outros:

- a legalidade da origem da madeira;

- que os novos fornecedores de madeira admitidos pela Administração cumprem todas as exigências legais, desde as fiscais, segurança social, seguros e medicina, higiene e segurança no trabalho;

- a contratação de prestadores de serviços florestais ■

Atuando numa fileira que tem vindo gradualmente a reestruturar-se com a introdução sistemática de alterações estruturais profundas, não só no plano fiscal mas, e sobretudo, pela introdução de novas abordagens sociais, ambientais e culturais associados à própria atividade de produção, comercialização e gestão florestal, a Unimadeiras reforça agora a aposta na incorporação de metodologias capazes de garantir a conformidade integrada de todas as vertentes da sua atividade.

Esta nova abordagem de gestão obrigou, a partir de meados do ano 2015, a uma reconceptualização da política de admissão de novos fornecedores de madeira, à criação de novos procedimentos e a um maior esforço dos recursos humanos afetos ao planeamento e manutenção atualizada dos dados.

Para 2016, a estratégia centra-se, sobretudo, no aumento do grau de exigência na verificação dos requisitos aplicáveis, por forma a garantir, antes da compra ou atividade inicializada, todas as evidências objetivas do cumprimento dos requisitos identificados e requeridos pela organização.

7 | ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores	2011	2012	2013	2014	2015
Vendas e serviços prestados	57.717.518	56.837.348	55.358.046	57.429.678	51.073.137
Crescimento das vendas	51,7%	-1,5%	-2,6%	3,7%	-11,1%
Capitais próprios	3.013.837	3.184.565	3.832.812	4.038.784	4.254.785
Rentabilidade dos capitais próprios	12,6%	10,6%	8,0%	9,0%	8,8%
Rentabilidade das vendas	0,60%	0,56%	0,46%	0,60%	0,70%
Taxa de rentabilidade interna	0,92%	0,88%	0,69%	0,79%	1,06%
Meios libertos líquidos (cash-flow)	531.193	503.334	384.350	454.213	541.875
Activo corrente	10.515.691	8.518.693	9.760.280	9.707.937	8.786.883
Passivo corrente	4.263.890	3.591.490	5.076.560	6.044.853	5.850.478
Fundo de maneio líquido	6.251.801	4.927.203	4.683.720	3.663.084	2.936.405
Liquidez geral	2,47	2,37	1,92	1,60	1,50
Autonomia financeira	25,3%	29,9%	28,5%	30,2%	34,2%
Solvabilidade	33,9%	42,7%	39,9%	43,4%	52,0%
Prazo médio de recebimentos	49 dias	35 dias	43 dias	42 dias	48 dias
Prazo médio de pagamentos	8 dias	5 dias	4 dias	7 dias	5 dias
EBITDA a)	961.105	932.008	806.780	797.004	865.304
Gastos de financiamento líquidos	254.690	304.776	341.053	217.721	206.274
Imposto sobre o rendimento (IRC)	175.222	123.897	81.376	125.069	117.155
Resultado líquido do período	346.958	320.728	253.247	345.971	356.002

a) EBITDA = Resultado operacional + Gastos de depreciação e de amortização + Perdas por imparidade + Provisões do período ou = Resultado antes de impostos, juros, gastos de depreciação e de amortização, perdas por imparidade e provisões

7.1 Vendas

O exercício de 2015 foi marcado, essencialmente, por uma redução nas vendas na ordem dos 11,1%, realidade esta já justificada na parte inicial do presente relatório de gestão.

A quebra verificada terá ultrapassado a perspectiva inicial que a Administração da Unimadeiras admitia com toda a naturalidade.

No entanto, foi cumprido o objectivo mínimo que a empresa traçou para o ano de 2015, que consistia na realização de um montante anual de vendas que superasse os 50 milhões de euros.

7.2 Resultados

Na perspectiva económica da empresa, apesar do significativo abaixamento nas vendas, constatamos com agrado que a situação da empresa não piorou. Terá, inclusivé, beneficiado de uma ligeira melhoria, como, aliás, o comprova a evolução de alguns indicadores. ■

■ O **resultado líquido do período** melhorou ligeiramente, provocando uma ligeira subida no resultado por acção, o qual passou de 0,86 euros em 2014 para 0,89 euros em 2015.

O **resultado antes de impostos** também melhorou ligeiramente, crescendo que, apesar disso, baixou a estimativa para o imposto respectivo (IRC) como efeito da redução da taxa de IRC de 23% para 21%.

O **resultado operacional** (resultado antes de gastos de financiamento e impostos) piorou ligeiramente, não motivando qualquer apreensão digna de registo.

O **EBITDA** sofreu uma evolução positiva com algum significado (cerca de 8,5%), apresentando um valor que é o melhor dos últimos 3 anos.

Os **meios libertos líquidos** (cash-flow) melhoraram sensivelmente neste exercício de 2015, cerca de 19,3%, sendo justo realçar que também no exercício anterior (2014) este indicador tinha melhorado (cerca de 18,1%).

Acresce que este indicador atingiu, no final de 2015, o seu ponto mais alto em todo o historial de vida da Unimadeiras.

7.3 Rentabilidade

No aspecto da rentabilidade, devemos salientar que, neste exercício de 2015, a posição da Unimadeiras aguentou firme, apesar do relativo insucesso verificado ao nível das vendas.

A **rentabilidade dos capitais próprios** (lucro líquido/capitais próprios) manteve-se praticamente estável, revelando uma taxa (8,8%) que podemos considerar bastante interessante face ao mercado de capitais. Este indicador mede a taxa de retorno dos capitais investidos na empresa pelos accionistas. Recordamos que a prática de análise na Unimadeiras para este indicador, em cada exercício, tem considerado sempre os capitais próprios existentes no final do exercício anterior.

A **rentabilidade das vendas** (lucro líquido/vendas) registou uma melhoria neste exercício, a exemplo do que tinha sucedido no exercício anterior.

Este indicador mede o lucro (ou prejuízo) da empresa por cada euro de vendas.

A **taxa de rentabilidade interna** (meios libertos líquidos/vendas) melhorou consideravelmente neste exercício, passando de 0,79% em 2014 para 1,06% em 2015 (melhoria de 34,2%), evolução esta que foi nitidamente influenciada pela expressão dos meios libertos líquidos atingida no presente exercício.

7.4 Equilíbrio Financeiro

Na perspectiva financeira de curto prazo, constatamos alguma degradação que nos é revelada pelos dois principais indicadores neste domínio: o **fundo de maneo líquido** (activo corrente – passivo corrente) e a **liquidez geral** (activo corrente/passivo corrente). ■

■ Verificou-se a ocorrência, neste domínio, de razões que acabaram por afectar negativamente aqueles indicadores, tais como:

- O alongamento do **prazo médio de recebimentos**, de 42 para 48 dias, conjugado com o encurtamento do **prazo médio de pagamentos**, de 7 para 5 dias;
- Um excesso aproximado de 500.000 euros no montante anual de pagamentos à Banca, por créditos obtidos, contra o montante anual de recebimentos pelo mesmo motivo.

Na perspectiva financeira de médio e longo prazo, podemos afirmar com toda a legitimidade que o equilíbrio financeiro resultou melhorado, conforme o comprova a evolução nos dois principais indicadores de gestão neste domínio.

A **autonomia financeira** (capitais próprios/activo líquido) subiu (melhorou) quatro pontos percentuais relativamente ao ano anterior e, sendo complementar do rácio de endividamento, então este último baixou (melhorou), o que é, igualmente, positivo.

A **solvabilidade** (capitais próprios/passivo total) subiu (melhorou) de 43,4% para 52,0%, assumindo a melhor marca dos últimos 6 anos.

Este indicador mede a capacidade da empresa para satisfazer todos os seus compromissos, incluindo os de longo prazo.

No aspecto da evolução previsível, e ainda no capítulo do equilíbrio financeiro, temos fundadas razões para acreditar que, no próximo exercício (2016), quer o **fundo de maneo líquido**, quer a **liquidez geral** apresentarão melhorias significativas.

7.5 Gastos

Apesar de todos os esforços desenvolvidos pela Administração da Unimadeiras, houve gastos que, efectivamente, sofreram um agravamento no exercício de 2015, tais como:

- **Fornecimentos e serviços externos**: subiram cerca de 31.000 euros (8,4%);

- **Gastos com o pessoal:** subiram cerca de 7.700 euros (2,7%);
- **Imparidade de dívidas a receber:** subiram cerca de 59.000 euros;
- **Provisões:** subiram cerca de 19.300 euros.

Ao invés, houve gastos que sofreram um desagravamento neste exercício:

- **Gastos de depreciação e de amortização:** baixaram cerca de 1.000 euros;
- **Gastos de financiamento (líquidos):** baixaram cerca de 11.400 euros (5,3%);
- **Outros gastos e perdas:** baixaram cerca de 58.750 euros (58,5%).

7.6 Investimentos

Investimentos em 2015	Valor
Participações de capital	355,75
Terrenos	37.548,42
Aparelhagem e máquinas electrónicas	2.133,25
Computadores	6.057,69
Investimentos em curso	101.731,22
Total	147.826,33

7.7 Conclusões

A apreciação global ao exercício de 2015 conduz-nos à conclusão de que a gestão realizada pela Unimadeiras foi suficientemente positiva, deixando antever perspectivas sólidas para o futuro de curto prazo.

Tanto no plano económico, como no financeiro, os resultados apurados revelam que a Unimadeiras consolidou a sua posição, preparando-se para enfrentar eventuais desafios determinados quer pela própria evolução dos mercados, quer pelos condicionamentos de ordem legal que, cada vez mais, teimam em atrapalhar a vida empresarial.

8 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Face ao imperativo de reforçar os capitais próprios da empresa e, também, tendo em atenção as legítimas expectativas dos accionistas quanto à remuneração dos capitais investidos, a Administração da UNIMADEIRAS decide propor para os resultados líquidos de 2015 a seguinte aplicação:

	Valor
Dividendos a distribuir (cativos de impostos)	140.000,00 euros
Reforço da Reserva Legal	25.000,00 euros
Reforço de Reservas Livres	191.001,69 euros
Total	356.001,69 euros

O pagamento dos dividendos deverá ocorrer durante o próximo mês de Junho de 2016.

Notas finais

Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao sector **Estado e Outros Entes Públicos**, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância, pelo que as análises das demonstrações financeiras não serão minimamente afectadas.

Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data de elaboração deste relatório de gestão, não ocorreram quaisquer factos que pudessem significar alteração da situação à data do balanço.

Albergaria-a-Velha, 25 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

Jorge Armando Mendes Loureiro

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca Martins Pereira

João Vicente Lourenço

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2015

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital Social da empresa “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.” é a seguinte:

	Nº de ações Inicial	Aquisição em 2015	Nº de ações Final	% de Particip.
Conselho de Administração:				
Jorge Armando Mendes Loureiro	17.380	0	17.380	4,34
António Augusto Amaral Loureiro e Santos	0	0	0	0
Humberto Marques Dias	12.100	605	12.705	3,17
Hernâni da Seca Martins Pereira	4.800	0	4.800	1,20
João Vicente Lourenço	2.690	460	3.150	0,78
Conselho Fiscal:				
José Joaquim de Bastos Correia	6.130	0	6.130	1,53
Manuel Fernandes Pedrosa	100	0	100	0,02
Lurdes Susana Mendes Amorim (ROC)	0	0	0	0

Albergaria-a-Velha, 25 fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

Jorge Armando Mendes Loureiro

António Augusto Amaral Loureiro Santos

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca Martins Pereira

João Vicente Lourenço



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Euros)

ACTIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014
ACTIVO NÃO CORRENTE:				CAPITAL PRÓPRIO:			
Activos fixos tangíveis.....	8	3 354 887,15	3 331 699,59	Capital realizado.....	28.16	2 000 000,00	2 000 000,00
Activos intangíveis.....	7	400,43	800,87	Prémios de emissão.....		243 646,50	243 646,50
Activos biológicos.....	18	213 187,41	219 249,62	Reservas legais.....		169 500,00	144 500,00
Participações financeiras - outros métodos.....	31.2	84 601,40	84 411,40	Outras reservas.....		1 485 637,24	1 304 665,92
Outros activos financeiros.....	31.2	844,81	5 678,52	Resultado líquido do período.....		356 001,69	345 971,32
		3 653 921,20	3 641 840,00	Total do capital próprio.....		4 254 785,43	4 038 783,74
ACTIVO CORRENTE:				PASSIVO			
Clientes.....	28.2	7 152 677,20	7 712 019,11	PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Adiantamentos a fornecedores.....	28.2	8 902,53	40 060,00	Provisões.....	22	19 317,27	0,00
Estado e outros entes públicos.....	31.1	111 961,64	0,00	Financiamentos obtidos.....		2 316 223,38	3 266 140,26
Outras contas a receber.....	31.11	1 088 285,02	1 289 350,70			2 335 540,65	3 266 140,26
Diferimentos.....		23 853,19	4 315,09	PASSIVO CORRENTE:			
Outros activos financeiros.....	28.2	1 647,12	6 949,45	Fornecedores.....	28.2	746 219,01	1 331 928,06
Caixa e depósitos bancários.....	4	399 556,79	655 242,52	Estado e outros entes públicos.....	31.1	20 631,56	88 565,55
		8 786 883,49	9 707 936,87	Accionistas.....		105,84	105,84
				Financiamentos obtidos.....		5 018 061,35	4 559 056,43
				Outras contas a pagar.....	31.11	65 460,85	65 196,99
						5 850 478,61	6 044 652,87
Total do activo.....		12 440 804,69	13 349 776,87	Total do passivo.....		8 186 019,26	9 310 993,13
				Total do capital próprio e do passivo.....		12 440 804,69	13 349 776,87

O contabilista certificado
António Augusto Santos

Conselho de Administração
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro

Humberto Marques Dias
Hemâni da Seça M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados.....	21.2	51 073 136,77	57 429 678,58
Subsídios à exploração.....	23	1 310,95	60,50
Variação nos inventários da produção.....	31.8	-6 062,21	-6 463,38
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas.....	31.7	-50 688 949,20	-57 226 318,71
Fornecimentos e serviços externos.....	31.3	-401 042,67	-369 998,37
Gastos com o pessoal.....	31.4	-291 228,05	-283 516,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	13.1	-42 952,07	16 348,35
Provisões (aumentos/reduções).....	22	-19 317,27	0,00
Outros rendimentos e ganhos.....	31.6	1 219 779,35	1 353 949,77
Outros gastos e perdas.....	31.5	-41 640,62	-100 388,45
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos.....		803 034,98	813 352,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	8.6	-123 604,05	-124 590,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos).....		679 430,93	688 761,81
Juros e rendimentos similares obtidos.....	31.9	6 508,22	16 191,29
Juros e gastos similares suportados.....	31.10	-212 782,33	-233 912,89
Resultado antes de impostos.....		473 156,82	471 040,21
Imposto sobre o rendimento do período.....	26.3	-117 155,13	-125 068,89
Resultado líquido do período.....		356 001,69	345 971,32
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período.....			
		0,00	0,00

O contabilista certificado
António Augusto Santos

Conselho de Administração
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro

Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Euros)

Rubricas	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		51 073 136,77	57 429 678,58
Custo das vendas e dos serviços prestados		-50 718 596,61	-57 256 367,29
Resultado bruto		354 540,16	173 311,29
Outros rendimentos		1 221 090,30	1 384 010,27
Gastos de distribuição		-21 726,50	-11 445,82
Gastos administrativos		-842 104,75	-778 804,44
Outros gastos		-32 368,28	-78 309,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		679 430,93	688 761,81
Gastos de financiamento (líquidos)		-206 274,11	-217 721,60
Resultado antes de impostos		473 156,82	471 040,21
Imposto sobre o rendimento do período		-117 155,13	-125 068,89
Resultado líquido do período		356 001,69	345 971,32
Resultado por acção		0,89	0,86
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

O contabilista certificado
António Augusto Santos

Conselho de Administração
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro

Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método directo)

EUROS

	2015		2014	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	56 086 544,48		68 119 066,65	
Pagamentos a fornecedores	-54 444 592,32		-64 852 673,49	
Pagamentos ao pessoal	-168 588,81		-164 686,34	
Fluxo gerado pelas operações	1 473 363,35		3 101 706,82	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-153 052,97		-34 405,84	
Outros recebimentos/pagamentos da actividade operacional	-688 999,19		-1 165 691,54	
Fluxos das actividades operacionais (1)		631 311,19		1 901 609,44
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	50 439,00		0,00	
Investimentos financeiros	6 358,90		0,00	
Juros e rendimentos similares	8 511,76		27 304,67	
Dividendos	6 396,46	71 706,12	2 800,00	30 104,67
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-190,00		-5,09	
Activos fixos tangíveis	-146 675,58	-146 865,58	-110 284,71	-110 289,80
Fluxos das actividades de investimento (2)		-75 159,46		-80 185,13
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	55 964 037,51	55 964 037,51	36 450 943,74	36 450 943,74
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-56 456 442,69		-37 401 641,07	
Juros e gastos similares	-217 911,02		-257 031,71	
Dividendos	-101 521,26	-56 775 874,97	-100 725,66	-37 759 398,44
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-811 837,46		-1 308 454,70
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-255 685,73		512 969,61
Caixa e seus equivalentes no início do período		655 242,52		142 272,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		399 556,79		655 242,52

O contabilista certificado
António Augusto Santos

Conselho de Administração
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro

Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira

João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2014

(Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído a os detentores do capital										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio				Resultado Líquido do período
Posição no início de 2014	(1)	2 000 000,00			243 646,50	129 500,00	1 206 418,85				253 247,07	3 832 812,42		3 832 812,42	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(2)														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2014	(3)													345 971,32	345 971,32
RESULTADO INTEGRAL	4 = (2+3)													345 971,32	345 971,32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações	(5)							15 000,00		98 247,07				-253 247,07	-140 000,00
Posição no fim de 2014	6=(1+2+3+5)	2 000 000,00			243 646,50	144 500,00	1 304 665,92		15 000,00	98 247,07				-253 247,07	-140 000,00
														345 971,32	4 038 783,74

O contabilista certificado
António Augusto Santos

O Conselho de Administração
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Jorge Armando Mendes Loureiro

Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca M. Pereira
João Vicente Lourenço



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2015

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários		
Posição no início de 2015	(6)	2 000 000,00			243 646,50	144 500,00	1 304 665,92							345 971,32	4 038 783,74		4 038 783,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(7)																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2015	(8)													356 001,69	356 001,69		356 001,69
RESULTADO INTEGRAL	9 = (7+8)													356 001,69	356 001,69		356 001,69
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações	(10)					25 000,00		180 971,32						-345 971,32	-140 000,00		-140 000,00
Posição no fim de 2015	(6+7+8+10)	2 000 000,00			243 646,50	169 500,00	1 486 637,24							356 001,69	4 254 785,43		4 254 785,43

O contabilista certificado
António Augusto Santos

O Conselho de Administração

António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Jorge Armando Mendes Loureiro

Humberto Marques Dias
Hernâni da Seça M. Pereira

João Vicente Lourenço

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2015

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A empresa “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.”, contribuinte nº 500293066, é uma sociedade anónima constituída em 14/10/1974, com sede social no Areeiro, freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, tendo como actividade principal o comércio por grosso de madeira em bruto (CAE 46731).

A empresa não pertence a qualquer Grupo, pelo que, em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística)
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras)
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas)
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual)
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro

(Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas:

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados, cujos conteúdos não sejam compatíveis com os do período anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2014.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6): Os activos intangíveis, que compreendem apenas a rubrica **Programas de computadores**, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. A taxa de amortização praticada (33,33%) correspondeu ao período de vida útil estimada de 3 anos.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7): Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que

os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação praticadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos
Viaturas ligeiras (de mercadorias e passageiros)	4 anos
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas eletrónicas)	5 anos
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos
Equipamento administrativo (outro)	8 anos

INVESTIMENTOS FINANCEIROS: Não existem investimentos financeiros em subsidiárias ou associadas.

Outros investimentos financeiros:

- **Participações de capital:** encontram-se registadas ao custo de aquisição.
- **Empréstimos concedidos:** encontram-se registados ao custo.
- **Outros:** encontram-se registados ao custo de aquisição.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF 10): Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

AGRICULTURA (NCRF 17): Ativos biológicos: Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou estes activos pelo custo de aquisição, não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26): A empresa reconhece uma operação – **remoção dos desperdícios acumulados** – que resulta da sua actividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas. Nesta situação, o que tem acontecido é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27): Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: ■

■ **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes ou de outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal). No fim do período foram analisadas as contas de clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existia alguma evidência objectiva de que não fossem recuperáveis. Nesta conformidade, foram reconhecidas no fim do período algumas perdas por imparidade.

Fornecedores

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal).

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, foram registados no passivo pelo custo.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas: As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais poderão diferir daquelas estimativas.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1 Os meios financeiros líquidos (Caixa e seus equivalentes), constantes do Balanço em 31 de Dezembro de 2015, estão totalmente disponíveis para uso.

4.2 Os meios financeiros líquidos são constituídos exclusivamente por depósitos à ordem.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

A empresa detém um único tipo de ativos intangíveis: **Programas de computador**.

Modo como caracterizamos este ativo intangível:

- vida útil finita;
- período de vida útil estimada - 3 anos;
- taxa de amortização praticada - 33,33%.

Como método de amortização foi usado o método da linha reta.

A quantia bruta escriturada e amortização acumulada, no começo e fim do período:

	Quantia bruta Escriturada	Amortização Acumulada	Quantia bruta Escriturada	Amortização Acumulada
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015
Programas de computador	9.621,43	8.820,56	9.621,43	9.221,00

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “**Gastos/ reversões de depreciação e de amortização**” da demonstração de resultados ascende a:

	2014	2015
Programas de computador	400,44	400,44

e) Os movimentos na rubrica activos intangíveis, durante os anos 2014 e 2015, são os que se seguem:

	31/12/2014	Adições	31/12/2015
Programas de computador	9.621,43	0,0	9.621,43
Ativo intangível bruto	9.621,43	0,0	9.621,43
Amortizações acumuladas	8.820,56	400,44	9.221,00
Ativo intangível líquido	800,87	-400,44	400,43

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

Bases de mensuração:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

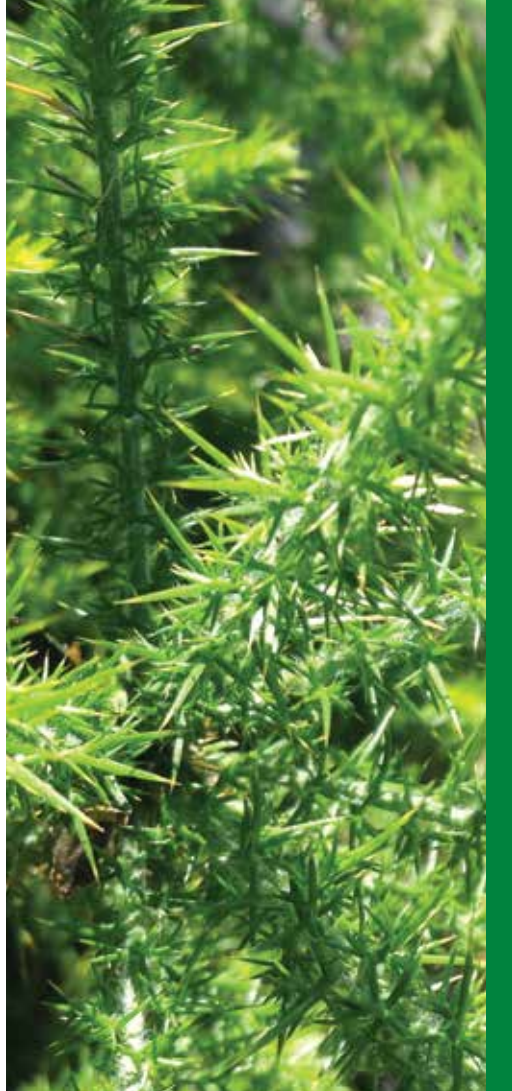
Método de depreciação usado:

A empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos	2%
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos	2,5%
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos	6,66%
Viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros)	4 anos	25%
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas eletrónicas)	5 anos	20%
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos	33,33%
Equipamento administrativo (outro)	8 anos	12,5%



d / e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31/12/2014	1.976.100,76	1.590.229,98	119.700,08	115.183,89	99.195,62	4.500,00	3.904.910,33
Adições	37.548,42			8.190,94		101.731,22	147.470,58
Alienações (abates)	1.079,41						1.079,41
Transferências							
Saldo em 31/12/2015	2.012.569,77	1.590.229,98	119.700,08	123.374,83	99.195,62	106.231,22	4.051.301,50
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31/12/2014		330.624,33	82.762,58	91.454,42	68.369,41		573.210,74
Adições		75.303,62	15.062,50	9.158,12	23.679,37		123.203,61
Alienações (abates)							
Transferências							
Saldo em 31/12/2015		405.927,95	97.825,08	100.612,54	92.048,78		696.414,35
Quantia escriturada líquida em 31/12/2014	1.976.100,76	1.259.605,65	36.937,50	23.729,47	30.826,21	4.500,00	3.331.699,59
Quantia escriturada líquida em 31/12/2015	2.012.569,77	1.184.302,03	21.875,00	22.762,29	7.146,84	106.231,22	3.354.887,15

8.6 O valor das depreciações relativas a activos fixos tangíveis incluídas na rubrica “gastos de depreciação e de amortização” – conta 64.2, ascende a:

	2015	2014
Edifícios e outras construções	75.303,62	75.303,62
Equipamento de transporte	15.062,50	15.062,50
Equipamento administrativo	9.158,12	10.144,51
Outros AFT	23.679,37	23.679,37
Totais	123.203,61	124.190,00

8.7 Depreciação acumulada no final do período:

	2015	2014
Edifícios e outras construções	405.927,95	330.624,33
Equipamento de transporte	97.825,08	82.762,58
Equipamento administrativo	100.612,54	91.454,42
Outros AFT	92.048,78	68.369,41
Totais	696.414,35	573.210,74

11 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, isto na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

13 IMPARIDADE DE ATIVOS

13.1 Para cada classe de ativos:

Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (rubrica “Imparidade de dívidas a receber” na demonstração de resultados), conforme quadro seguinte:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Em dívidas a receber:					
Clientes	283.997,78	43.409,62	0,00	0,00	327.407,40
Outros devedores	90.469,14	2.553,22	0,00	3.010,77	90.011,59
Totais	374.466,92	45.962,84	0,00	3.010,77	417.418,99

13.3 Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período:

Ver quadro em 13.1 – alínea a)

Os principais motivos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade identificadas no quadro acima foram:

- existência de créditos em situação de mora;
- existência de créditos em situação de contencioso;
- dificuldades reconhecidas na tentativa de cobrança.

18 AGRICULTURA

18.1 Descrição de cada grupo de ativos biológicos:

Os ativos biológicos da empresa são constituídos por um único grupo:

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produto pós-colheita
Árvores em plantação florestal	Troncos (toros)	Madeira em bruto e pasta de papel

A empresa não considera os terrenos, relacionados com a atividade agrícola, como ativos biológicos.

18.2 Medidas ou estimativas não financeiras usadas na quantificação física de cada um dos grupos de ativos biológicos no fim do período:

A empresa utilizou a seguinte base de medidas/estimativas para determinação das quantidades de activos biológicos na sua posse a 31 de Dezembro de 2015:

Localização dos activos biológicos	Hectares	Ton./hectar	Total(ton.)	CUSTO	Custo/ton.
Albergaria-a-Velha (Zona Industrial) (37.1201)	2,8810	80,70	232,50	1.527,50	6,57
Albergaria-a-Velha (Srª do Socorro) (37.1202)	0,0600	50,00	3,00	98,76	32,92
Macinhata (Ródão) (37.1211)	7,3842	282,17	2.083,60	16.962,96	8,14
Macinhata (Vale da Fonte) (37.1212)	6,6843	216,89	1.449,80	2.174,82	1,50
Marinha das Ondas (Arneiro Sul) (37.1213)	0,6217	197,36	122,70	1.360,05	11,08
Macinhata (Boiça) (37.1218)	0,5754	267,12	153,70	2.293,43	14,92
Canas de Stª Maria (Ribeira) (37.1223)	71,6600	167,79	12.023,83	135.269,89	11,25
Foios (Concheirinha) (37.1236)	13,1056	143,34	1.878,56	25.000,00	13,31
Foios (Concheirinha) (37.1237)	28,7793	88,76	2.554,45	28.500,00	11,16
Totais			20.502,14	213.187,41	10,40

18.3 Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos de activos biológicos e de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita.

Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou os activos biológicos pelo custo de aquisição, conforme quadro apresentado em 18.2), não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

A empresa valoriza os seus produtos agrícolas, colhidos dos activos biológicos, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

Os principais métodos usados para determinação do justo valor foram:

Produtos agrícolas	Método de agrupamento	Critério de determinação do justo valor	Justo valor no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	Eucalipto	Preço mais recente de transação no mercado	35.275,87

Nota: Os produtos agrícolas colhidos no período de 2015 foram todos vendidos no mesmo período.

18.4 Justo valor menos os custos estimados no ponto de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento da colheita.

Os produtos agrícolas foram valorizados da seguinte forma:

Produtos agrícolas	Valor de mercado do produto agrícola no momento da colheita	Custos estimados no ponto de venda	Justo valor menos custos estimados no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	35.275,87	14.511,00	20.764,87

Nota: Os produtos agrícolas colhidos no período de 2015 foram todos vendidos no mesmo período.

21 RÉDITO

21.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da **venda de bens** é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos.
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade.

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade.
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente de **dividendos** é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o pagamento.

21.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rúbricas	2015	2014
Vendas		
Mercado interno	51.062.703,67	57.429.678,58
Mercado externo (Bélgica)	1.880,00	0,00
Total das vendas	51.064.583,67	57.429.678,58
Dividendos	6.396,46	3.270,12
Total das categorias significativas de rédito	51.070.980,13	57.432.948,70

22 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

22.1 Divulgações para cada classe de provisão

a)

Provisão	Provisão para impostos	Totais
Saldo inicial	0,0	0,0
Reforço	19.317,27	19.317,27
Utilização	0,0	0,0
Reversão	0,0	0,0
Saldo final	19.317,27	19.317,27

Esta provisão foi constituída em 2015, por força de uma liquidação de IVA efectuada pela Autoridade Tributária (AT), baseada na não aceitação da dedução do IVA nas compras a um determinado fornecedor (n.º 4 do art.º 19.º do CIVA).

A Unimadeiras apresentou recurso desta decisão da AT, por considerar inaceitáveis os motivos invocados.

23 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

A Unimadeiras recebeu do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 2015, o montante de 1.310,95 euros, a título de subsídios de exploração. Este montante está associado a um estágio profissional que decorreu nesta empresa.

25 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

25.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 25 de Fevereiro de 2016. No entanto, os accionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

25.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram ou não houve informação acerca de quaisquer factos relevantes que pudessem significar alteração da situação à data do balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

26 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

26.1 Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	2015	2014
Impostos correntes	117.155,13	125.068,89
Imposto sobre o rendimento do período	117.155,13	125.068,89

26.3 Relacionamento entre gasto/rendimento de impostos e lucro contabilístico

Apuramento do lucro tributável		2015	%
Resultado antes de impostos (lucro contabilístico)	1	473.156,82	100,00
Custos não dedutíveis	2	53.454,00	
Proveitos dedutíveis	3	52.614,98	
Benefícios fiscais	4	1.877,02	
Correções ao resultado antes de impostos	5 = 2-3-4	- 1.038,00	- 0,22
Lucro tributável	= 1+5	472.118,82	99,78

Cálculo do imposto	Base fiscal	Taxa	Imposto de 2015
IRC: Escalão para PME	15.000,00	17%	2.550,00
IRC: Escalão para o excedente	457.118,82	21%	95.994,95
Derrama	472.118,82	1,30%	6.137,54
Tributações autónomas:			
Despesas de representação	34.147,36	10%	3.414,74
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	11.633,45	10%	1.163,35
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	27.417,34	27,5%	7.539,77
Abonos por deslocações em viatura própria	7.095,54	5%	354,78
Imposto sobre o rendimento do período (IRC)			117.155,13

26.4 Explicação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Descrição		2015	2014
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	473.156,82	471.040,21
2	Imposto corrente (antes das tributações autónomas)	104.682,49	118.224,14
3	Imposto diferido	0,00	0,00
4	Tributações autónomas	12.472,64	6.844,75
5	Imposto sobre o rendimento do período = 2+3+4	117.155,13	125.068,89
6	Taxa efectiva de imposto = 5/1	24,76%	26,55%

O imposto sobre o rendimento (IRC) baixou de 125.068,89 euros em 2014 para 117.155,13 euros em 2015, correspondendo neste último exercício a uma taxa efectiva de imposto de 24,76%, contra 26,55% em 2014.

A principal razão para a variação da taxa efectiva de imposto ficou a dever-se à descida da taxa de IRC para 21% neste exercício de 2015.

26.11 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre o rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto sobre o rendimento não praticamente determináveis

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

27 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa reconhece uma operação – **remoção dos desperdícios acumulados** – que resulta da sua actividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas. Nesta situação, o que tem acontecido até à presente data é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados. A empresa tem-se limitado a uma acção de acompanhamento das operações, de forma a garantir, tanto quanto possível, a melhor preservação do meio ambiente e o restabelecimento das normais condições de exploração no futuro.

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 Bases de mensuração

A totalidade dos instrumentos financeiros da empresa é mensurada ao custo.

28.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros

g) Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade

Activos financeiros em 31/12/2015	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
21.11- Clientes gerais (devedores)	(+) 7.071.731,43	(-) 8.912,06	(+) 7.062.819,37
21.7- Clientes de cobrança duvidosa	(+) 408.353,17	(-) 318.495,34	(+) 89.857,83
22.11- Fornecedores gerais (credores)	(-) 746.219,01	0,00	(-) 746.219,01
22.11- Fornecedores gerais (devedores)	(+) 72.306,22	(-) 70.659,10	(+) 1.647,12
22.8- Adiantamentos a fornecedores	(+) 28.255,02	(-) 19.352,49	(+) 8.902,53
Totais	(+) 6.834.426,83	(-) 417.418,99	(+) 6.417.007,84

As imparidades consideradas a 31 de Dezembro de 2015 devem-se a evidências objectivas de dificuldades financeiras dos respectivos devedores.

28.16 Ações representativas do capital social

A 31 de Dezembro de 2015 a empresa detinha um capital social de **2.000.000,00 euros**, totalmente realizado, representado pela emissão de **400.000 acções** ordinárias nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Não existem quaisquer direitos preferenciais, nem restrições, associados à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto.

Não existem acções próprias.

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- Declaramos que o total dos honorários facturados durante 2015 pelo Revisor Oficial de Contas foi de 13.152,00 euros.

- Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao setor **Estado e Outros Entes Públicos**, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

- De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

- Não se registaram factos ambientais, nem laborais, dignos de relevância, pelo que as análises das demonstrações financeiras não serão minimamente afetadas.

- Não foram executadas quaisquer atividades de investigação e desenvolvimento.

- Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data da elaboração deste Relatório de Gestão, há que referir uma liquidação de IVA pela Autoridade Tributária, no valor de 184.457,05 euros, comunicada à n/empresa em 19 de fevereiro de 2016, baseada na não aceitação da dedução do IVA em compras efectuadas no ano de 2011.

A Unimadeiras, considerando inaceitáveis os motivos invocados, encarregou o s/Advogado de preparar um recurso desta decisão da AT.

31 OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 Estado e outros entes públicos (conta 24)

Rubricas		31/12/2015	31/12/2014
Imposto sobre o rendimento (24.1)		870,02	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (24.3)		111.091,62	0,00
TOTAL DO ATIVO		111.961,64	0,00
Imposto sobre o rendimento (24.1)		0,00	48.772,44
Retenção de impostos sobre rendimentos (24.2)		9.490,26	8.346,47
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (24.3)		0,00	21.317,13
Contribuições para a Segurança Social (24.5)		11.128,45	10.111,16
Outras tributações (24.8)		12,85	18,35
TOTAL DO PASSIVO		20.631,56	88.565,55

31.2 Investimentos Financeiros (conta 41)

	Investimentos financeiros	31/12/2015
41.41	Participações de capital:	
	CCAM Albergaria = 1.693 títulos de capital x 5 euros	8.465,00
	PORTUCEL = 10.000 acções x 1,43 euros	14.300,00
	CENTRO PINUS = 3 un. de participação x 498,80 euros	1.496,40
	NORGARANTE = 23.430 acções x 1 euro	23.430,00
	LISGARANTE = 2.500 acções x 1 euro	2.500,00
	AGROGARANTE = 31.910 acções x 1 euro	31.910,00
	AC. GARVAL = 2.500 acções x 1 euro	2.500,00
	Subtotal	84.601,40
41.42	Empréstimos concedidos:	
	SEMA – Associação Empresarial = 1 título de empréstimo	500,00
	Subtotal	500,00
41.51	Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	344,81
	Subtotal	344,81
	TOTAL	85.446,21



31.3 Fornecimentos e serviços externos (conta 62)

Rubricas	2015	2014
Trabalhos especializados	104.612,49	76.938,85
Publicidade e propaganda	21.063,40	7.468,32
Vigilância e segurança	0,00	96,12
Honorários	95.968,41	104.783,65
Conservação e reparação	17.871,72	9.033,40
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	45,96	27,29
Livros e documentação técnica	731,77	582,03
Material de escritório	30.828,90	40.931,14
Artigos para oferta	663,10	3.977,50
Eletricidade	8.083,57	8.262,19
Combustíveis	16.435,73	15.258,10
Água	793,46	827,13
Deslocações e estadas	26.422,58	20.963,19
Comunicação	24.378,23	17.453,14
Seguros	7.216,25	7.394,14
Contencioso e notariado	3.069,43	3.313,63
Despesas de representação	34.147,36	32.592,90
Limpeza, higiene e conforto	2.103,08	2.818,32
Outros serviços	6.607,23	17.277,33
Total	401.042,67	369.998,37

31.4 Gastos com o pessoal (conta 63)

Rubricas	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	64.380,00	59.735,00
Remunerações do pessoal	171.169,74	169.181,00
Encargos sobre remunerações	49.904,21	49.397,53
Seguro de acidentes no trabalho	4.112,10	3.798,40
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1.662,00	1.404,11
Total	291.228,05	283.516,04

31.5 Outros gastos e perdas (conta 68)

Rubricas	2015	2014
Impostos	9.272,34	22.078,96
Descontos de pronto pagamento concedidos	12,51	7,52
Créditos incobráveis	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	5.647,99
Donativos	6.560,00	7.783,10
Quotizações	3.694,04	2.429,04
Juros de mora e compensatórios	3.203,16	0,0
Multas e penalidades	570,00	75,00
Serviços bancários	18.328,57	62.366,84
Total	41.640,62	100.388,45

31.6 Outros rendimentos e ganhos (conta 78)

Rubricas	2015	2014
Descontos de pronto pagamento obtidos	336,70	288,95
Alienações de ativos fixos tangíveis	49.359,59	1.112,80
Rendas	58.800,00	68.400,00
Bônus a receber de clientes	1.087.752,00	1.283.717,60
Outros	23.531,06	430,42
Total	1.219.779,35	1.353.949,77

31.7 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(conta 61) em 31/12/2015

Movimentos	Mercadorias	Ativos biológicos
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	50.685.244,74	3.704,46
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Gastos no exercício	50.685.244,74	3.704,46

31.8 Demonstração das variações nos inventários da produção

(conta 73) em 31/12/2015

Movimentos	Ativos Biológicos
Existências finais	213.187,41
Regularização de existências	0,00
Existências iniciais	219.249,62
Reduções no exercício	6.062,21

31.9 Juros, dividendos e outros rendimentos similares (conta 79)

Rubricas	2015	2014
Juros de depósitos	111,76	12.921,17
Dividendos obtidos	6.396,46	3.270,12
Total	6.508,22	16.191,29

31.10 Gastos e perdas de financiamento

(conta 69)

Rubricas	2015	2014
Juros de financiamentos obtidos	212.782,33	233.912,89

31.11 Outras contas a receber e a pagar (conta 27) em 31/12/2015

Rubricas	Saldos devedores	Saldos credores
Devedores p/acrécimos de rendimentos	1.088.285,02	
Remunerações a liquidar		43.654,98
Juros a liquidar		14.707,29
Outros acréscimos de gastos		1.210,84
Outros devedores e credores		5.887,74
Total	1.088.285,02	65.460,85

31.12 Garantias prestadas

Banco/Beneficiário	Descrição	Valor
Novo Banco (ex-BES)	Garantia pessoal	750.000
Banco Santander	Garantia pessoal	3.482.157
Banco Comercial Português	Garantia pessoal	932.187
Caixa Geral de Depósitos	Garantia pessoal	84.211
Caixa de Crédito Agrícola de Albergaria	Garantia pessoal	600.000
Banco BPI	Garantia pessoal	315.000
Banco Popular	Garantia pessoal	148.500
Banco BIC	Garantia pessoal	110.000
	TOTAL	6.422.055

Nota final:

Quanto aos itens não respondidos neste anexo, nada há a assinalar.

Albergaria-a-Velha, 25 fevereiro de 2016

O Contabilista Certificado

António Augusto Jesus Santos

O Conselho de Administração

Jorge Armando Mendes Loureiro

António Augusto Amaral Loureiro Santos

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca Martins Pereira

João Vicente Lourenço



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas, da **UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço, em 31/12/2015, (que evidencia um total de 12.440.804,69 euros e um total de capital próprio de 4.254.785,43 euros, incluindo um resultado líquido de 356.001,69 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter com um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

1/2

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.


OPINIÃO

7. Em minha opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., em 31/12/2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Gondomar, 24 de Março de 2016


Lurdes Susana Mendes Amorim
Revisor Oficial de Contas n.º 1671

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e com Estatutos da sociedade, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2015 de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Relatório

No decorrer deste exercício acompanhámos com regularidade a evolução das operações e investimentos da Empresa e procedemos às verificações que considerámos necessárias ao desempenho das funções que nos estão confiadas. Efetuamos reuniões trimestrais conjuntas com o Conselho de Administração, tendo sempre obtido por partes desde Conselho e dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Analisamos os documentos apresentados pelo Conselho de Administração, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e por funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivos Anexos.

Apreciamos a Relatório do Revisor Oficial de Contas que integra este conselho. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas, cujo teor estamos de acordo.


Parecer

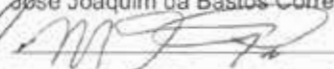
Face ao exposto, somos de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração e Colaboradores, pelo esforço e dedicação demonstrados no desempenho das suas funções.

Albergaria-a-Velha, 24 de Março de 2016

CONSELHO FISCAL,


José Joaquim da Bastos Correia – Presidente


Manuel F. Pedrosa Rei – Vogal


Lurdes Susana Mendes Amorim – Revisor Oficial de Contas



A QUALIDADE FAZ-SE EM GRUPO!



